

O PROJECTO DE LEI BARRETO VISA A DESTRUIÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

Editorial

UM PROJECTO DE LEI CRIMINOSO

O famigerado projecto de lei Barreto que dentro de alguns dias vai entrar em debate na Assembleia da República polariza desde já as atenções gerais de quantos se defrontam na arena política portuguesa. Compreende-se que assim seja dada a natureza muito particular do documento.

É que o problema em causa com esse famigerado projecto de lei não é de forma alguma uma questão de segundo plano na controvérsia política que actualmente se trava em Portugal ou um ponto qualquer do diferendo ideológico que hoje divide em dois campos a sociedade portuguesa, mas sim uma verdadeira questão de fundo que se prende com o futuro que os portugueses desejam construir para si próprios.

A Reforma Agrária que transformou o panorama económico e social do País, numa das maiores senão a maior conquista da Revolução portuguesa, é a questão em foco e a sua destruição o objectivo principal do projecto de lei Barreto.

Sem dúvida que o ministro Barreto tem as suas particularidades e as suas responsabilidades próprias. Quem o vê entrando-nos pela casa dentro através dos canais da televisão ou em carne e osso falando em público como em Alcochete, por exemplo, ou na Brandoa, não pode deixar de ficar impressionado pelo ódio que lhe chameja nos olhos contra os trabalhadores em geral e os heróicos obreiros da Reforma Agrária em particular. Por outro lado o famoso projecto de lei traz em baixo a sua assinatura.

Acontece, porém, que esse negregado documento foi já também submetido à apreciação do Governo, que o aprovou e fez seu, e que o Secretariado Nacional do PS lhe deu igualmente o seu aval.

Isto significa que o projecto de lei Barreto, tendo a marca pessoalíssima do seu autor, representa contudo, toda uma política virada contra os interesses do País e as aspirações vitais dos trabalhadores.

☆☆☆

A ofensiva de destruição da Reforma Agrária empreendida a todos os níveis pelo duo Barreto e Portas e que se pretende agora institucionalizar através do famigerado projecto de lei que traz o nome do ministro, é uma peça essencial da política de recuperação capitalista do Governo do PS.

O que se pretende fundamentalmente no projecto de lei Barreto é instaurar, por meios coercivos, e violentos se necessário, como tem sido comprovado pela prática, a exploração capitalista nos campos do Alentejo e do Ribatejo, lá onde uma nova forma de exploração colectiva da terra, surgida por iniciativa revolucionária dos assalariados rurais e muitos pequenos agricultores alentejanos.

(Continua na pág. 2)



Nas grandes jornadas de 22 de Junho, como em muitas outras oportunidades, os trabalhadores e o Povo português têm manifestado a sua firme determinação em defender a Reforma Agrária

O projecto de lei Barreto, que em breve será discutido na Assembleia da República, visa a destruição da Reforma Agrária. É esta uma realidade que nenhuma argumentação, por muito demagógica que seja, consegue iludir. Disso estão conscientes os trabalhadores que, de Norte a Sul do País, por diversas formas têm manifestado, e certamente continuarão a manifestar, a sua firme disposição de não pactuar com todos aqueles que pretendem pôr em causa essa grande conquista da Revolução. O projecto de lei Barreto é claro no seu articulado, é claro nas suas intenções.

(Ler págs. 5, 6, 7 e 8)



A EP já está à venda!

A FESTA DO «AVANTE!»
COMEÇA JÁ A MOBILIZAR
A ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO

Enriquecidos com a preciosa experiência adquirida e com as novas condições proporcionadas por um espaço muito maior, vamos todos fazer da Festa deste ano um grande acontecimento nacional, ainda mais importante que o do ano passado!

Pág. 4

A NOVA CONSTITUIÇÃO DA UNIÃO SOVIÉTICA



Boris Koval, subdirector do Instituto do Movimento Operário Internacional, membro da Academia de Ciências da URSS, Doutor em Ciências Históricas e professor universitário, fala ao "Avante!" sobre a nova Constituição da URSS e o amplo debate em curso por todo o País.

Pág. 12

2.º ANIVERSÁRIO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE

Pág. 9



ÁLVARO CUNHAL SÁBADO NA VIALONGA

O camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, efectuará no próximo sábado, às 18 e 30 horas, uma intervenção política no decorrer de um comício-festa do PCP que terá lugar na Vialonga, no campo de futebol do grupo desportivo local.

O comício-festa inicia-se às 15 horas, com a actuação de ranchos folclóricos e bandas de música.

OS TRABALHADORES CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA



Pág. 8

Não contentes com o assalto conjunto Governo-grandes agrários à Reforma Agrária, ansiosos pela vaga de desemprego que o projecto Barreto lhes promete, os interessados na recuperação dos privilégios fascistas avançam agora em empresas como a Algot, pondo em perigo mais de mil postos de trabalho. Ao mesmo tempo, empresas de panificação com 50 trabalhadores, empenhados no pagamento das dívidas dos patrões e tendo para isso a confiança dos credores, estão sob a ameaça do regresso patronal e das represálias que promete.

Um Governo que não desiste de exibir os seus votos, que insiste em ser dos trabalhadores e em estar ao seu serviço, não pode continuar a fechar os olhos a esses e muitos outros atentados, ou a abri-los só para um lado. Ignorando a legitimidade dos protestos, fazendo orelhas moucas às reclamações e passes de mímica perante as elucidativas manifestações nacionais do dia 22 de Junho findo.

O Governo tem de ouvir os trabalhadores organizados, isto é, os seus representantes legítimos e não os que, sem legitimidade nenhuma, a não ser o abuso da subordinação ao

"documento Gonilha", pretendem por esse facto substituírem-se perante o Executivo à Central Única dos trabalhadores portugueses.

A democracia cumpre-se contando com órgãos, movimentos, instituições e partidos de legitimidade comprovada pela adesão que merecem e não porque o Governo os pretenda arvorar em "legítimos" para seu serviço e para dar a impressão de que os governantes "dialogam" com os representantes dos trabalhadores.

Os perigos são grandes. Os interlocutores têm de estar à sua altura.

INTENSA ACTIVIDADE DE TODO O PARTIDO

Pág. 3

Editorial

UM PROJECTO DE LEI CRIMINOSO

(Continuação da pág. 1)

Sob a expressão genérica de UCP, apontando à criação de uma base socialista para a agricultura portuguesa na antiga região do latifúndio, essa nova forma de exploração colectiva da terra, estendendo-se sobre uma área superior a um milhão e cem mil hectares, deu já as suas provas e transformou de maneira sensível a fisionomia económica e social numa vasta zona do País.

É esta bela realidade da Revolução democrática portuguesa que o projecto de lei Barreto visa destruir. Barreto e o Governo PS querem instaurar pela força e sob uma falsa capa de legalidade, contra a vontade da esmagadora maioria das populações rurais do Sul, o capitalismo, destruindo a Reforma Agrária.

O projecto de lei Barreto, ampliando os direitos de reserva para 70 000 pontos, com alcapões legais que os podem elevar para o dobro e mais, abrindo a porta a todas as irregularidades e arbitrariedades, dispensando aos agrários todas as facilidades e protecções, incluindo de carácter armado, destinando-se a implantar à custa da destruição das UCP, uma nova camada de grandes proprietários capitalistas corporizada na pessoa dos antigos senhores do latifúndio.

Esta gente já deu no passado e está de novo a dar no presente, nas terras que Barreto e Portas lhe restituiu de mão beijada, suficientes provas da sua inépcia produtiva, do seu absentismo, do seu invertero do desprezo pelas condições de vida e pelo direito ao trabalho dos assalariados agrícolas que aprenderam a conhecer e estão de novo conhecendo na carne, graças a Barreto e Portas, a miséria, a fome e o desemprego.

Alás o projecto de lei Barreto retoma em condições mais odiosas o velho projecto dos «Casais Agrícolas» de Salazar — de que a Colónia Agrícola de Pegões é o exemplo mais conhecido — destinado a criar entre os grandes latifundiários e o proletariado rural do Sul uma classe «tampão» de médios agricultores capitalistas. Salazar manteve os latifúndios e atirou sobre os trabalhadores as suas forças de choque ao mesmo tempo que estabeleceu condições de ruína para os colonos dos casais agrícolas — Barreto pretende com o seu projecto de lei destruir as UCP e restabelecer os latifúndios pela via do capitalismo que o nosso Povo não quer e a Constituição proíbe.

São igualmente os mesmos objectivos para favorecer a criação de uma classe capitalista nos campos de Portugal que impõem também o duo Barreto e Portas para a revisão da Lei do Arrendamento Rural, o que está a levantar contra o Governo PS o descontentamento de milhares de rendeiros do Norte e Beiras de que o último encontro do MARN em Viseu é uma expressão significativa.

☆☆☆

A destruição das UCP, implícita no projecto de lei Barreto, não pode ser consentida sob pena de se caminhar a largos passos para a destruição da própria democracia.

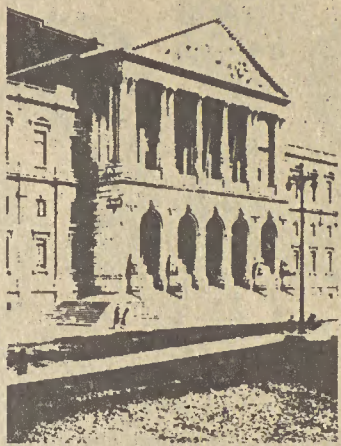
O desmantelamento das UCP, frequentemente com a intervenção violenta das forças militarizadas, o corte do Crédito Agrícola de Emergência em escala crescente, a atribuição arbitrária, anticonstitucional, do direito de reserva e as desanexações — que o projecto de lei Barreto colocaria ainda em termos mais brutais se os deputados socialistas sancionarem esta ignomínia — é além disso, um crime contra a economia nacional.

Se o projecto de lei for aprovado com a ajuda interessada dos partidos da direita, a partir do próximo dia 18 criar-se-ão factores de intranquilidade social e de instabilidade económica de que o PS e o seu governo assumirão exclusiva responsabilidade.

Em Setembro deverão começar as sementeiras nas terras do Alentejo. Começarão? Quem as fará sabendo-se como estão a actuar os agrários a quem já foi atribuído o direito de reserva?

Dispor-se-á o PS e o seu Governo a trilhar um tal caminho e a enfrentar a hostilidade dos trabalhadores entre eles dos milhares de trabalhadores socialistas?

Os próximos debates e a votação do projecto de lei Barreto o mostrarão de forma clara.



Os Comunistas na Assembleia da República

«O direito à greve não é contribuição para o caos é condição de progresso!»

As posições do PCP face ao direito à greve, aqui e agora, são as que estão contidas no projecto de lei 24/I. É uma posição adequada às condições do nosso país e do regime democrático constitucional. Apresentamo-lo na convicção de que ele mereceria o apoio, como mereceu, dos trabalhadores portugueses, mas também de todos aqueles que se reclamam da defesa dos seus interesses e direitos.

Estas palavras são do presidente do Grupo Parlamentar do PCP e foram produzidas no final da votação da Lei da Greve que, como já é do conhecimento público, foi aprovada na generalidade com os votos favoráveis dos deputados do PCP e do PS e com a abstenção contrária dos partidos da direita.

Conforme o «Avante!» noticiou no seu anterior número, encontravam-se em discussão conjunta três textos: um proposto pelo PCP, outro pelo deputado da UDP e, finalmente, um terceiro — o que viria a ser aprovado — oriundo da Comissão de Trabalho.

Depois do projecto apresentado pelo PCP — sem dúvida alguma o que concitou maior apoio por parte das organizações sindicais e de trabalhadores — ter sido derrotado, o Grupo Parlamentar do PCP votou favoravelmente o texto apresentado pela Comissão de Trabalho.

Acerca desta atitude dos deputados comunistas, Carlos Brito acentuou, na sequência da defesa legítima dos princípios consignados no projecto apresentado pelo PCP:

Nem por isso rejeitamos a nossa activa e esforçada intervenção na Comissão de Trabalho, quando, colocados perante a impossibilidade de fazer vencer o nosso projecto, se delineou a tentativa de elaborar um texto alternativo da Comissão. Garantimos a esse texto o apoio bastante para que subisse ao plenário. Votamo-lo agora, aqui em plenário, na generalidade, depois do nosso ter sido derrotado, querendo o nosso voto significar, apenas, que o consideramos um texto de base que, com adequadas alterações na especialidade, poderá marcar um avanço relativamente à legislação actualmente em vigor.

Salientando que é firme a nossa oposição e são numerosas as nossas objecções e as reservas que fazemos a vários aspectos do seu articulado, Carlos Brito indicou as principais razões dessas objecções:

Consideramos inaceitáveis as disposições contidas nos n.º 2 e 3 do Artigo 2.º, que limitam os direitos das comissões de trabalhadores e dificultam as greves de empresas que tenham mais de 50 por cento de trabalhadores sindicalizados. Defendemos que, em qualquer empresa, a Assembleia de Trabalhadores deve dispor de capacidade para declarar a greve.

Opomo-nos em geral ao pré-aviso. E consideramo-lo extremamente lesivo dos interesses dos trabalhadores quando praticamente impossibilita as greves de curta duração.

Entendemos que a remuneração dos trabalhadores em greve não pode ser objecto de uma norma proibitiva. Deve ser matéria a decidir em cada greve em concreto. Além do mais, a existência de uma tal norma pode ser motivo de arrastamento de uma greve.

Entendemos que a definição das empresas ou estabelecimentos que se destinam à satisfação de necessidades sociais impreteríveis deve ser taxativa.

Opomo-nos à requisição ou mobilização e à punição dos trabalhadores grevistas com o regime de faltas injustificadas.

Entendemos que as normas contidas no Artigo 12.º devem ter o sentido do anúncio de que os trabalhadores da Função Pública gozam do direito à greve sem qualquer restrição e lutaremos, portanto, para que este direito não venha a ser de qualquer forma limitado no estatuto ou na lei especial referidos no n.º 2 deste artigo.

Depois de ter salientado que, apesar de tudo, esse decreto não impediu as vigorosas lutas dos trabalhadores e das massas populares por melhores condições de vida, pela liberdade, pela descolonização, salientando ainda que esse decreto não impediu o aprofundamento, o desenvolvimento e finalmente a institucionalização da democracia, não impediu a aprovação da Constituição que, reflectindo as conquistas desde Abril é, na matéria do direito à greve, a completa rejeição do decreto que a limitava tão estritamente, o deputado Carlos Brito acentuou:

O PCP, que se orgulha do papel que tem desempenhado junto dos trabalhadores portugueses na contestação prática e política do Decreto-Lei N.º 392/74, regozija-se, nesta medida, com o passo que acabámos de dar.

Referindo-se ainda às posições das várias forças políticas e nomeadamente dos partidos da direita reaccionária, Carlos Brito afirmou:

É verdade que também a direita reaccionária se vem afobando na reclamação de uma nova lei da greve. O debate que acaba de ter lugar tem o mérito, entre outros, de pôr em evidência os seus verdadeiros propósitos. A direita reaccionária pretendia uma lei da greve tão má ou pior do que o Decreto-Lei N.º 392/74. Daí a sua raiva, daí a tensão que tem procurado desenvolver em torno do debate, daí o anticomunismo estafado, à falta de melhores argumentos.

E mais adiante, acrescentou ainda o presidente do Grupo Parlamentar do PCP: Significativamente, a direita parlamentar, uma vez mais com a consonância da UDP, privilegiou o PCP com os seus ataques e calúnias durante o debate.

Com efeito, foi esta a posição adoptada pelos representantes do patronato. Sem coragem — conforme salientou Carlos Brito — de se assumir nas suas verdadeiras posições quanto a um direito tão fundamental dos trabalhadores pelo meio mais adequado: a apresentação de projectos de lei ou propostas elaboradas nesta matéria, os deputados da convergência Sá Carneiro-Freitas do Amaral deram, no debate, uma triste ideia do que são (in)capazes.

Em certos momentos — alguns bem longos — as suas intervenções atingiram as raízes do fantástico, dignas de figurar nas melhores antologias do género, não fora a grave situação que reflectem.

Então a intervenção do senhor deputado Mário Pinto — que, pretendia estilisticamente assumir a grandiosidade de uma epopeia das descobertas, mas que acabou por falir na grosseria dos romances de cordel — excedeu todas as expectativas. Este deputado social-convergente indignou-se, embora brandamente, contra o facto de um país tão pequeno (?) passar a possuir a mais adiantada lei da greve do mundo ocidental(!).

Estas as «filosofias das convergências» que, na sua aparente tacanhez, escondem o mais visceral ódio aos trabalhadores e suas conquistas. Mas como cada convergência tem as filosofias e a tacanhez que merece, deixemos por ora o primarismo das «análises» políticas do senhor deputado Mário Pinto e companhia, e reportemo-nos às posições defendidas pelo Grupo Parlamentar Comunista.

O PCP sempre definiu com meridiana clareza — salientou Carlos Brito — as suas posições quanto ao direito à greve, durante o fascismo, nas duras condições da clandestinidade, nos tribunais especiais da ditadura, e depois do 25 de Abril, nos governos provisórios, na Constituinte e aqui na Assembleia da República com a apresentação do projecto-lei n.º 24/I que, posto

à discussão pública, veio a ter um amplo apoio dos trabalhadores.

Sobre a meridiana clareza — afirmou ainda mais além o deputado comunista — das posições do Partido Comunista Português em relação à concretização do direito à greve nas condições que se produziram em Portugal depois do 25 de Abril, dissemos o suficiente.

O deputado Carlos Brito tinha razão. Com efeito, ao longo do debate, das várias intervenções produzidas, nenhuma foi tão clara na defesa deste importantíssimo direito constitucional dos trabalhadores, como as dos deputados do PCP. Tanto Jerónimo de Sousa — cuja intervenção referimos na passada semana — como Jorge Leite e Severiano Falcão — a cujas intervenções não nos podemos referir por absoluta falta de espaço — ao defenderem intransigentemente o direito dos trabalhadores à greve, bem como ao lutarem — conforme salientou Carlos Brito — pelo reconhecimento, a defesa e a consolidação dos direitos, liberdades e interesses dos trabalhadores, fizeram-no e fazem-no na corteza de que esta é uma forma fundamental para a consolidação da democracia, a estabilização e o desenvolvimento económico, a defesa da independência nacional.

Depois de ter acentuado que, na sua prática política o PCP não só preconiza como incorpora esta orientação, o presidente do Grupo Parlamentar do PCP finalizou a declaração de voto afirmando:

Com a Conferência Nacional realizada a 4 e 5 de Junho, tendo como lema a recuperação económica e financeira do País, chamando à participação nos trabalhos preparatórios da Conferência e nas duas longas jornadas de trabalho que a constituíram milhares de comunistas e de outros trabalhadores, apontando uma alternativa democrática e medidas concretas para superar as dificuldades e sair da crise, o PCP demonstrou mais uma vez a responsabilidade com que encara os mais graves problemas nacionais e como se mobiliza por inteiro em buscar para eles a solução adequada.

Porque a superação das dificuldades só com os trabalhadores pode ser conseguida, só com a defesa dos direitos, liberdades e interesses dos trabalhadores haverá recuperação económica. O direito à greve não é contribuição para o caos, é condição de progresso.

Abstenção do PCP na revisão do Orçamento

Neste período extraordinário de trabalho da Assembleia da República — que hoje rememora os seus trabalhos plenários depois de dois dias de intenso trabalho nas comissões — foi aprovado por generalidade, e com a abstenção dos deputados comunistas, a proposta de lei n.º 73/I — Revisão do Orçamento Geral do Estado.

Conforme salientou o deputado Carlos Carvalhas em declaração de voto, o Grupo Parlamentar do PCP absteve-se pelas mesmas razões que já o fizera aquando da votação, em Dezembro passado, da Lei do Orçamento.

Com efeito — salientou Carlos Carvalhas — as linhas gerais da revisão do Orçamento aqui presente correspondem às então apresentadas a esta Assembleia.

A nossa oposição — prosseguiu o deputado do PCP — a alguns dos

dispositivos da proposta, nomeadamente os contidos no Artigo 5.º, encontrarão melhor solução aquando da discussão na especialidade. Por outro lado, as críticas e sérias reservas que levantámos durante a discussão devem-se sobretudo ao não cumprimento da Lei por parte do Governo.

E a finalizar Carlos Carvalhas acentuou: O nosso voto de abstenção tem pois o sentido de evidenciar a permanência das nossas preocupações e a nossa oposição a muitos aspectos da política financeira do Governo.

Intervindo no debate, Veiga de Oliveira, depois de ter recordado a posição dos comunistas aquando da discussão da Lei do Orçamento, explicitou as críticas e preocupações acerca da política financeira do Governo, afirmando nomeadamente:

O endividamento externo do Banco de Portugal passou de 38,2 milhões de contos em 31 de Dezembro de 1976 para cerca de 60 milhões em fins de Abril último e, segundo várias estimativas, a dívida pública externa deve exceder actualmente os 150 milhões de contos. Das 850 toneladas de ouro calcula-se que estejam hipotecadas cerca de 40 por cento.

Depois de ter adiantado mais alguns factos significativos, como a ausência da contenção das despesas públicas e dos preços, Veiga de Oliveira acentuou:

Todos estes factos mostram o fracasso da política de recuperação capitalista erigida como pretensa política de recuperação económica.

Debruçando-se sobre aspectos vários da proposta de lei em apreço, o deputado do PCP finalizou a sua intervenção no debate — no qual interveio ainda o deputado José Jara, que se debruçou em particular sobre o orçamento da previdência — salientando:

Como na nossa Conferência Nacional, o PCP através do seu Grupo Parlamentar reafirma uma vez mais «a confiança dos comunistas na capacidade e energia criadora do povo português para, no quadro da Constituição e do regime democrático, ultrapassar a crise, vencer as dificuldades económicas e financeiras, realizar vitoriosamente a recuperação económica, consolidar a democracia e assegurar o futuro próspero, livre e independente de Portugal, rumo ao socialismo».

Socialistas e comunistas condenam «feriado do ódio» decretado em Rio Maior

A Assembleia da República aprovou, com os votos favoráveis dos deputados comunistas e socialistas, um voto de protesto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP no qual se condena firmemente a grave provocação à democracia que constitui a escandalosa decisão da Assembleia e da Câmara Municipal de Rio Maior.

Os partidos da direita reaccionária, mais uma vez em convergência antidemocrática, votaram contra o voto de protesto, mostrando assim quem verdadeiramente protege os caceteiros e os fascistas que atentaram, e atentam, contra as liberdades e a democracia.

É o seguinte o texto do voto de protesto aprovado:

Considerando que as decisões da Assembleia Municipal e da Câmara de Rio Maior impostas pela votação conjunta dos vereadores do PPD/PSD e CDS, de fixar como feriado municipal a data do assalto, de destruição e incêndio do Centro de Trabalho do Partido Comunista Português é um incitamento gravíssimo ao ódio e à violência, um insulto à democracia e à Constituição da República;

A Assembleia da República delibera:

1 — Saudar os vereadores do Partido Socialista que se opuseram a tão infame decisão;

2 — Protestar e condenar firmemente as decisões adoptadas na Assembleia Municipal e na Câmara de Rio Maior.

Intervindo no debate do voto, o presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Carlos Brito, teve ocasião de salientar:

Se restassem dúvidas sobre quem está empenhado em semear e manter o ódio e a violência em Portugal, o que aconteceu e se repetiu na Câmara de Rio Maior é evidentemente esclarecedor. É também esclarecedor que o deputado do PPD assumia aqui a defesa de deliberação tão infamante para a democracia portuguesa, para o regime constitucional em que vivemos.

Carlos Brito referia-se concretamente ao deputado Monteiro de Andrade, do PPD, que defendeu a decisão dos «caceteiros municipais» de Rio Maior. Mais adiante e após ter constatado que, apesar do líder do CDS Amaro da Costa ter condenado na Assembleia da República, na passada semana, a decisão da Assembleia Municipal, os vereadores do seu partido, dois dias depois, confirmaram tal decisão, Carlos Brito, terminando a sua intervenção, salientou que os gravíssimos acontecimentos de Rio Maior demonstram bem o que seria a democracia se o PPD e o CDS estivessem no Poder.

Saliente-se igualmente a declaração de voto do PS, produzida pelo deputado Carlos Lage: Se é a democracia de Rio Maior que certos partidos desta Câmara querem para este País, nós socialistas, antifascistas, rejeitamos para Portugal a democracia de Rio Maior.

Pela boca do deputado Kruz Abecassis, a Assembleia da República e o Povo português tomaram conhecimento, e coraram de espanto e indignação, de que o CDS nunca praticou a violência...

Mas votaram a favor do aniversário da violência fascista!

MAP semeia ódios no Alentejo

O dia da violência e de repressão que o Alentejo viveu, passada semana foi denunciado e condenado numa declaração política do nosso Partido, produzida numa das últimas sessões plenárias da Assembleia pelo deputado comunista Vítor Louro.

Referindo-se aos factos graves, o deputado do PCP revelou:

Em Ervidel foram presos pelo menos 5 trabalhadores que andavam ceifando a seara cultivada por eles próprios e agora sobre terra devolvida ao proprietário como reserva. Ao mesmo tempo, na Salvada, os trabalhadores da UCP «Terra de Pão» foram ameaçados e impedidos pela GNR de ceifar a seara deles que se está a perder, nas terras entregues ao proprietário também como reserva.

Em Mora, a GNR com considerável aparato, e alguns dos seus elementos com inadmissíveis provocações aos trabalhadores da UCP «A Luta é de Todos», protegendo o agrário na colheita das batatas e pêssegos cultivados pelos trabalhadores em terras agora entregues a título de reserva.

Em Mora, a GNR com considerável aparato, e alguns dos seus elementos com inadmissíveis provocações aos trabalhadores da UCP «A Luta é de Todos», protegendo o agrário na colheita das batatas e pêssegos cultivados pelos trabalhadores em terras agora entregues a título de reserva.

Em Campo Maior, com meios aéreos e terrestres e aparato bélico pouco habitual, as forças de segurança selaram dois lugares até agora explorados pelos trabalhadores e pequenos e médios agricultores. Um deles estava abandonado havia 9 anos quando foi requisitado pelo CRRA, e nele os 400 agricultores e 4 UCPs que passaram a utilizá-lo investiram mais de 400 contos. O outro, que também se encontrava abandonado, servia de sede à Cooperativa Unidade dos Trabalhadores e nele estavam instaladas as suas oficinas e armazéns.

Prosseguindo a declaração política, Vítor Louro acentuou: Esta violência tem um significado que é necessário realçar.

Significa primeiro que o MAP está decidido a prejudicar a produção na zona da Reforma Agrária.

O MAP praticou desde os primeiros dias da sua actual equipa dirigente uma política de destituição de produção, cujos resultados já foram oficialmente reconhecidos pelos próprios autores.

Primeiro a entrega ilegal de reservas e o corte de crédito em plena e difícil época de sementeiras outono-invernais, de novo avivada na época de sementeiras primaveris. Agora, a mesma política em pleno período de colheitas.

O MAP, além de não ter tomado qualquer iniciativa para fazer face às graves consequências de mau ano agrícola, desencadeia um conjunto de acções que faz perder boa parte das já fracas produções existentes.

A generalidade das terras devolvidas aos agrários — continuou o deputado do PCP — ficou por semear e os frutos por colher; em numerosos casos perderam-se

os alqueives e mesmo as sementeiras que já tinham sido feitas pelos trabalhadores das UCPs e cooperativas; dezenas de máquinas ilegalmente entregues aos agrários ficaram paradas e muitas estão sendo vendidas ao desbarato; centenas de cabeças de gado ilegalmente entregues aos agrários desapareceram ou foram abatidas.

E agora, com as searas e os frutos a terem de ser colhidos, ou com os fenos a terem de ser recolhidos, e de qualquer modo com a maior intensidade dos trabalhos agrícolas em período decisivo dos resultados finais, é a entrega não só da terra a quem em muitos casos a ela não tem direito, mas também o impedimento pela violência, dum direito comum, que é os produtos serem colhidos por quem os semeou.

Condenando esta «política» do MAP, Vítor Louro salientou: O resultado está à vista: ora os trabalhos deixam de ser feitos, ora as searas não são colhidas, ora os senhores (agora investidos da qualidade de gestores com a confiança do Estado) se encarregam de colher o que foi semeado por aqueles a quem sempre exploraram; é o desemprego para centenas de trabalhadores; é a sementeira de ódios.

Significa depois que o MAP não acata qualquer lei vigente — nem as leis da expropriação e nacionalização das terras de 1975, com as alterações que tiveram em 1976; nem o decreto sobre reservas, de 1977, nem sequer o Código Civil.

Significa finalmente que o MAP utiliza cada vez mais os meios repressivos para levar à prática a sua política contra os interesses dos trabalhadores, da economia e da democracia.

E a finalizar a declaração política do nosso Partido, Vítor Louro acrescentou ainda: É contraproducente e demagógico o Governo falar de paz e concórdia nacional e, ao mesmo tempo, praticar esta política de discórdia e violência.

É demagógico e desacreditador o Governo falar da necessidade de aumentar a produção e, ao mesmo tempo, levar a perder aquela que existe.

Neste período, em que o Governo apresentou à Assembleia da República a proposta daquilo a que chamou as bases gerais da Reforma Agrária, cuja discussão pública está em curso, e cuja discussão no Parlamento se está a iniciar, seria de esperar que ele próprio, o Governo, criasse um clima favorável a uma discussão desapassionada. Isto é, seria de esperar uma paragem nesta política conflituosa que tem vindo a praticar contra os trabalhadores.

É esse apelo que desta tribuna nós, comunistas, fazemos. A violência só aproveita à direita. Que ninguém busque justificações para lhe abrir o caminho.

Ao Governo, aos socialistas, às forças responsáveis e progressistas deste país, nós apelamos para que permitam um período de acalmia na ofensiva contra a Reforma Agrária — acalmia que permita uma discussão pública e parlamentar despida de emoções, e ao mesmo tempo permita a colheita em paz do pão que é para os portugueses!

JOVENTUDE HOJE À VENDA

GRANDES ACAMPAMENTOS DA JOVENTUDE

CHALANA: PARA SABER NA QUE SÊR HUMILDE A LUTA CONTINUA!

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade
Partido Comunista Português
Av. António Serpa, 26-2.º Dt.º — Lisboa 1 Tel. 769896/7

Administração
Editorial Avante, SARL
Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa 1 — 769705

Direcção e Redacção
Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — Lisboa 1 — Tel. 769725-769722

Distribuição
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL
Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1, Tel.: 769744-769751
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1, Tel.: 769705
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 576 — Porto, Tel.: 28938
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto, Tel.: 28938
Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 — Coimbra Tel.: 28394
Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém, Tel.: 24564
Centro Distribuidor de Setúbal: Livraria 1.º de Maio — Praça Portugal — Baixa da Banheira, Tel. 2040653
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcacova de Baixo, 13 — Évora. Tel.: 26361
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro, Tel.: 24417

Assinaturas
CDL, Departamento de Venda Directa
R. Pedro Nunes, 9A, Lisboa, Tel. 40605-41787

Publicidade
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1 — 40605-41787
Casa de Venda em Lisboa: «Capital» — Rua do Norte — Bairro Alto Composto e Impresso na Heka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora

Tiragem média do mês de Junho 84 688



A caminho do local onde Alex foi assassinado

Assassinado pela PIDE há 32 anos

NÃO ESQUECEREMOS O CAMARADA ALFREDO DINIS (ALEX)!

Promovida pela Comissão Concelhia de Loures e pela Comissão de Freguesia de Loures do Partido Comunista Português, decorreu no passado domingo, em Bemposta, uma homenagem à memória do nosso querido camarada Alfredo Dinis (Alex), assassinado há 32 anos por uma brigada da PIDE chefiada pelo famigerado José Gonçalves.

A homenagem, em que esteve presente o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido e director do "Avante!", iniciou-se com uma concentração, no Largo do Espírito Santo, em Bucelas, tendo as centenas de pessoas presentes seguido a pé para Bemposta, local onde se ergue uma lápide alusiva ao assassinato de Alex. Ali usaram da palavra os camaradas Ferro, da Comissão de Freguesia de Bucelas do Partido que leu as mensagens das várias comissões de freguesia do concelho; e Jorge, da Comissão Concelhia de Loures, que sublinhou o papel da unidade na luta pela consolidação da democracia e pela aplicação da justiça.

Por último, falou o camarada

Dias Lourenço, cuja intervenção seria diversas vezes interrompida pelos gritos de "justiça!", "justiça!". Ao sublinhar que é **escandaloso e inadmissível** que o criminoso José Gonçalves tenha recentemente comparecido em tribunal sem que do respectivo processo constasse a acusação pelo assassinato do nosso camarada Alfredo Dinis, Dias Lourenço salientou: **Temos o direito de perguntar quem é que retirou a acusação. O assassinato do nosso querido camarada Alfredo Dinis não pode ser esquecido.**

UMA VIDA DE LUTA

Apenas com 28 anos, pois nasceu em 29 de Março de 1917, o camarada Alfredo Dinis (Alex) foi assassinado a 4 de Julho de 1945 na estrada de Bucelas pelo criminoso José Gonçalves, agente da PIDE, que, na altura, chefiava uma brigada constituída pelos agentes Mário Constâncio e António Baptista da Silva.

Operário e filho de operários, o camarada Alex destacou-se desde muito jovem na defesa dos interesses dos seus companheiros de trabalho, estando sempre à cabeça das lutas reivindicativas.

Nos anos de 1937-1938, desenvolveu uma intensa actividade na Federação das Juventudes Comunistas, no Socorro Vermelho Internacional e no nosso Partido. Ao mesmo tempo, Alex ainda frequentava o curso industrial nocturno.

Em 1938, foi preso pela PIDE, estando então encarcerado 18 meses, no decorrer dos quais foi sujeito às mais violentas torturas, tendo sempre resistido com coragem.

Continuando a sua actividade como militante revolucionário, de novo em liberdade, o camarada Alex foi obrigado a passar à clandestinidade, após as greves operárias da região de Lisboa em Outubro e Novembro de 1942.

Na clandestinidade, este dirigente do Partido desenvolveu um amplo trabalho político durante as greves de Lisboa e Baixo Ribatejo, em Julho e Agosto de 1943 e Maio de 1944.

A vida de Alfredo Dinis (Alex) constitui, pois, um abnegado exemplo de militância revolucionária, de dedicação ao Partido e de luta antifascista. O povo não o esquece!

1ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DOS BANCÁRIOS DO PORTO

Culminando um intenso trabalho preparatório, realizou-se no passado domingo, no Cooperativo dos Pedreiros, no Porto, a 1.ª Assembleia da Organização dos Bancários do PCP, com a participação de mais de uma centena de delegados. Assistiram à reunião numerosos convidados sem qualquer filiação partidária e militantes de outras forças democráticas, designadamente do PS e do MDP/CDE. Em representação do Comité Local do Porto e da DORN estiveram presentes, respectivamente, os camaradas Ana Fraga e Avelino Gonçalves, membro suplente do Comité Central.

No relatório de actividades apresentado pelo organismo de direcção cessante, foi historiada a actividade desenvolvida nos últimos anos pelos bancários comunistas que, no passado e no presente, não pouparam, nem poupam, energias para defender os interesses e aspirações dos seus companheiros de trabalho.

«Muitas e importantes lutas dos trabalhadores bancários» — sublinhava o informe apresentado pelo organismo de direcção cessante, «tiveram na vanguarda muitas camaradas aqui presentes e outras que são hoje destacados dirigentes do nosso Partido».

Segundo foi revelado no decurso da assembleia, a composição etária da organização é a seguinte: 1,3% dos seus membros têm menos de 20 anos; 42,5% têm de 20 a 30 anos; 51,7% de 30 a 50 anos; e 4,5% mais de 50 anos. Por outro lado, 85% dos camaradas estão organizados.

Tomando como termo comparativo o dia 31/12/74, o crescimento da organização em 31/12/75 foi de 88% e, em 21/6/77 de 118%. Procurando desenvolver a organização, a reunião plenária tomou algumas importantes decisões.

Visando o reforço da luta ideológica, foi apontada a necessidade da participação dos camaradas nos cursos do Partido, a promoção de sessões de esclarecimento e a criação do boletim da Organização. No informe apresentado acerca desta frente de luta, foram acerbamente criticados o esquerdismo e a ideologia reformista social-democrata, que «abre muitas e muitas vezes a porta aos fascistas e reacçãoários na sua cruzada contra o movimento operário e contra o Partido Comunista Português».

Sublinhando o êxito alcançado pelos bancários comunistas na Campanha dos 50 Mil Contos, recolhendo mais de 250,

a assembleia considerou que aquela campanha «veio abrir perspectivas para uma mais correcta visão dos problemas financeiros do Partido».

No decurso da reunião foram feitas intervenções sobre o significado da nacionalização da Banca e do papel que deve desempenhar para contribuir para o desenvolvimento económico do País, tendo sido denunciadas tentativas reacçãoárias para subverter a função da Banca, no quadro da política de recuperação capitalista. A propósito, foi uma vez mais denunciada a política que tem sido seguida quanto à nomeação dos gestores para a Banca de indivíduos intimamente ligados ao capital monopolista e ao fascismo.

Depois de ter sido eleito o novo organismo de direcção, constituído por 32 camaradas, usou da palavra Avelino Gonçalves, que apontou a necessidade dos bancários comunistas denunciarem e lutarem contra todas as medidas que lesem os seus companheiros de trabalho.

Foram aprovadas várias moções de repúdio pelo chamado «decreto da entrega»; pela «lei Barreto»; pela decisão do Conselho de Gestão do Banco Borges & Irmão que despediu o nosso camarada Vitor Silva, etc. Por outro lado, diversos organismos do Partido enviaram aos participantes moções de saudação.

OS CAMARADAS DA EDP EM DEBATE ANIMADO



Numa firme vontade e decisão colectiva de levar à prática as resoluções do VIII Congresso do nosso Partido, realizou-se recentemente a 1.ª Assembleia da Organização de Célula da Electricidade de Portugal.

A Assembleia, que contou com a presença de noventa camaradas e de cinquenta convidados, iniciou

os seus trabalhos com a intervenção do camarada responsável pelo sector, que se referiu ao trabalho desenvolvido salientando os resultados obtidos e abandonando diversas questões orgânicas.

Após a leitura dos relatórios respeitantes às diversas actividades, seguiu-se um período

de animado debate, sendo os temas mais focados relacionados com a Informação e Propaganda, o Trabalho Unitário e a Organização.

A primeira parte dos trabalhos foi encerrada com a apresentação das conclusões da Assembleia, aprovadas por unanimidade.

A segunda parte foi preenchida com a eleição do novo secretariado de célula, composto por sete empregados, cinco operários e três intelectuais.

Os trabalhos da Assembleia foram encerrados pelo camarada Carlos Garvalhas, membro do Comité Central, que teve algumas considerações sobre a situação política actual.

A Assembleia aprovou ainda três moções: uma de apoio à Reforma Agrária, outra em defesa das Nacionalizações e Controlo Operário, e uma última de apoio à Frelimo e a Moçambique pela passagem do aniversário do novo país de expressão portuguesa.

Célula do BBI do Porto

A REFLEXÃO DO PASSADO ACÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO

«Hoje, através deste relatório, procuramos analisar de uma forma sintética mediante a análise do trabalho efectuado, dos erros cometidos, das experiências que vivemos, o que tem sido a actividade da célula do PCP no BBI, e transformar este documento num instrumento de trabalho para o futuro» — esta a introdução ao relatório de actividade discutido na Assembleia de Célula do Banco Borges & Irmão, do Porto, que recentemente se realizou.

O trabalho desenvolvido pela célula é profundamente analisado não se furtando o relatório a assinalar os erros quando por acaso os houve, pois como refere «a reflexão do passado deverá ser acima de tudo um acto de aperfeiçoamento que contribua para uma melhor compreensão do papel da célula e de cada militante no processo que temos vivido e continuaremos a viver».

E logo a seguir: «Aqui que fomos capazes de realizar até aqui, por muitas limitações que tivéssemos tido,

por muitos erros de que enfermásemos, contribuiu, de facto, para a evolução dos acontecimentos históricos, somado que foi ao trabalho de muitas outras células e organizações do Partido, de muitos milhares de comunistas e de muitos trabalhadores progressistas».

Durante os trabalhos da Assembleia, como não podia deixar de ser, a nacionalização da Banca foi intensamente abordada, bem como a defesa das conquistas da Revolução. Também o trabalho sindical desenvolvido e que em grande parte contou com a colaboração de outros trabalhadores mereceu a atenção dos delegados.

A criação da Comissão de Trabalhadores e o Controlo de Gestão no banco foram igualmente dois pontos cuja análise remontou ao início, e durante a qual foram evocadas as dificuldades surgidas e os êxitos alcançados.

Por último, a Assembleia de Célula do Banco Borges & Irmão debruçou-se sobre a sua organização, onde os

problemas exigem profunda e constante discussão e uma correcta análise, pois «onde existe uma forte organização apoiada numa sólida estrutura, onde os problemas organizativos são discutidos regularmente, as tarefas do Partido e o trabalho junto dos trabalhadores são efectuados com êxito. Onde tal situação não se verifica o trabalho e a execução das tarefas não alcançam os melhores resultados».

Ao finalizar, o relatório aprovado apela para o reforço da unidade com os socialistas e com os outros trabalhadores progressistas, afirmando nomeadamente:

«A maior parte dos trabalhadores do Banco só tem a ganhar com a política de unidade que é proposta pelos comunistas. Toma-se necessário um esforço da nossa parte para combater o sectarismo que por vezes nos faz ver um reacçãoário em cada trabalhador influenciado por ideias reacçãoárias. Se soubermos mostrar através da discussão dos problemas concretos que a política de direita não serve os trabalhadores, passaremos a ter a apoiar as nossas propostas não só a esmagadora maioria destes mas até aqueles que hoje estão sujeitos à influência de ideologias reacçãoárias. Nessa altura os verdadeiros reacçãoários, isolados, não enganarão mais ninguém para a defesa dos seus objectivos antipopulares».

«O que nos une aos trabalhadores do Banco é mais forte do que aquilo que nos divide. Por isso, depende muito da nossa acção e da nossa capacidade o construirmos uma forte unidade dos trabalhadores do BBI.»

ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DE TORRES NOVAS

Com a presença de noventa delegados e cerca de cem convidados, decorreu no passado dia 3 a 1.ª Assembleia da Organização de Torres Novas do nosso Partido.

Sentaram-se na mesa que orientou os trabalhos, os camaradas José Maria Marques, que presidiu, José Vitoriano, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido, Lanchinha, do CC e João Ramos, da Distrital de Santarém.

No decorrer da Assembleia foram lidos vinte relatórios sobre

a actividade do Partido nos diversos sectores da vida do concelho. Após a leitura do Relatório da Comissão Concelhia cessante, foi eleito o novo organismo de direcção, que passa a contar com 28 membros.

Depois da intervenção do camarada Lanchinha, usou da palavra o camarada José Vitoriano, que se deteve em particular na análise da situação política e nas perspectivas que se abrem na luta pela consolidação da democracia e da unidade antifascista.

SESSÃO-DEBATE SOBRE ECONOMIA

Por iniciativa do Organismo de Professores de Coimbra do Partido Comunista Português, decorreu na passada sexta-feira em Coimbra, no Teatro da Faculdade de Letras, uma sessão-debate sobre as conclusões da Conferência Nacional do nosso Partido sobre economia.

A sessão, dedicada especialmente aos sectores estudantil e intelectual, foi dirigida pelo camarada Esequiel Vicente, tendo nela participado comunistas e independentes que tinham estado presentes nos debates da Conferência, quer como delegados quer como convidados.

De realçar as intervenções dos drs. Avelãs Nunes e Joaquim Feio, conhecidos economistas e professores universitários, que

muito contribuíram para prender a atenção das muitas dezenas de pessoas que enchiam a sala ao debruçarem-se sobre os textos saídos da Conferência, comentando-os e explicitando-os. A Balança de Pagamentos, os empréstimos, o comércio externo, a política agrícola e operária do Governo, o emprego, o controlo da produção, a energia, etc., foram temas animadamente debatidos, sendo uma vez mais reforçada no espírito de todos a conclusão básica de que só com os trabalhadores, prosseguindo uma política que tenha em conta os seus interesses de classe, é possível sair da crise, é possível a recuperação económica, é possível prosseguir no caminho de Abril.



Os camaradas da Comissão Concelhia da Moita, como acontece desde 1975, promovem, com boas atrações e a fraternidade habituais, a 3.ª Festa da Revolução. Nos terrenos anexos ao pavilhão do Grupo Desportivo da CUF, na Baixa da Banheira, haverá, pois, inúmeras iniciativas de carácter recreativo, acompanhadas de um colóquio sobre o custo de vida, venda de produtos das UCP, exposições sobre o Partido, um grande comício, no domingo, dia 10, com a presença de um camarada da Comissão Política a par de muitas outras iniciativas, que constituirão mais uma jornada de solidariedade com a Reforma Agrária, onde não faltará o convívio fraterno e a unidade da população da Moita e dos concelhos vizinhos

VILA FLOR (BRAGANÇA): DEZ ADESÕES DURANTE A ASSEMBLEIA CONCELHIA

Aderiram ao nosso Partido uma dezena de pessoas que assistiram aos trabalhos da Assembleia Concelhia da Organização de Vila Flor do PCP, que se realizou no ginásio do Círculo Preparatório local. Participaram na reunião cerca de meia centena de delegados e encontravam-se, também na sala, cerca de cem convidados.

Os documentos apresentados foram aprovados pelos delegados que elegeram o novo organismo de direcção, integrado por operários, empregados e agricultores. No decurso da reunião foi patente o ambiente de participação, confiança e entusiasmo revelado pelos militantes, simpatizantes e amigos presentes.

250 PIONEIROS ACAMPARAM EM SINTRA

Cerca de 250 crianças participaram num acampamento de pioneiros realizado nos dias 25 e 26 do mês passado, em Sintra. Promovido pela organização dos pioneiros da DORL do PCP, o acampamento foi visitado pelos pioneiros da Geórgia que recentemente estiveram no nosso país, bem como pelo camarada Álvaro Cunhal, que almoçou e confraternizou com os jovens campistas.

Passeios pela serra, danças e cantares da Geórgia, fogo de campo com cânticos e pequenas peças de teatro e distribuição de prémios pelos jogos florais, preencheram o programa de dois dias de alegre convívio entre crianças dos sete aos catorze anos.

A todas as crianças que gostariam de participar nestas actividades dos pioneiros revelamos o segredo de como podem fazê-lo: passem pelo Centro de Trabalho do Hotel Vitória. Os pioneiros costumam programar lá as suas actividades.

E não é nada complicado, sabem? Basta dizerem que também gostariam de ser pioneiros...

ASSEMBLEIA DE CÉLULA DOS TLP — PORTO

No passado dia 2 do corrente, realizou-se a assembleia de Célula dos Telefones de Lisboa e Porto (TLP) — delegação do Porto — com a presença de 50 delegados e uma boa representação de trabalhadores.

Da empresa que, na qualidade de convidados, puderam testemunhar o balanço da actividade dos comunistas nos TLP, os princípios democráticos que os orientam e a sua acção de esclarecimento e mobilização em defesa das conquistas revolucionárias.

Durante a reunião, foram lidas diversas saudações e moções enviadas por vários comités e células do nosso Partido. O Relatório de Actividade apresentado pelo Organismo de Direcção cessante analisava o trabalho desenvolvido pelos comunistas dos TLP na empresa, na Comissão de Trabalhadores, no Sindicato e noutras frentes de luta, registando-se várias intervenções de alguns delegados.

O problema sindical mereceu uma atenção especial da Assembleia, na medida em que a actual direcção do Sindicato tem desenvolvido uma acção profundamente marcada pelo divisionismo e de apoio total à chamada «Carta Aberta».

No termo da discussão, a Assembleia aprovou as

conclusões apresentadas pela mesa, que foram enriquecidas por sugestões apresentadas por alguns camaradas. Foi eleito o novo secretariado da Célula, que passará a ser integrado por maior número de camaradas para assim ser melhorado o trabalho de direcção.

A encerrar os trabalhos, usou da palavra o camarada António Abreu, membro da DORN e suplente do Comité Central. No fim da sua intervenção foi aprovada, por unanimidade, uma moção de saudação à direcção do Partido.

ASSEMBLEIA EM ALCORRA

Também os comunistas de Aviz se reuniram em Alcorra na sua 1.ª Assembleia de Freguesia. No decorrer dos trabalhos foi analisada a actividade da organização e traçadas as linhas de acção de acordo com os princípios aprovados no VIII Congresso.

Os participantes na Assembleia aprovaram também, por aclamação, uma moção de vivo repúdio pelo projecto de Lei Barreto que, se fosse aprovado, conduziria à destruição completa da Reforma Agrária, ao desemprego, à fome, à miséria e ao agravamento da crise económica que o nosso país atravessa.

Aos trabalhos da Assembleia seguiu-se uma confraternização popular com canto livre e baile.

FESTA NA SETENAVE

Organizada pela célula do nosso Partido na Setenave, realizou-se no próximo sábado, dia 9, com início às 21 horas, no Naval Setubalense, uma Festa durante a qual actuarão Adriano Correia de Oliveira, Ary dos Santos, Barata Moura, David Sousa, Fernando Batista, Os Galés, José Jorge Letria, Júlia Babo, Luís Cília e Nuno Gomes dos Santos.

No Montijo

NÃO REPETIR OS ERROS É O MAIS IMPORTANTE

Levando à prática uma das importantes resoluções do VIII Congresso, realizou-se, no passado domingo, no Pavilhão Gimnodesportivo do Montijo, a 1.ª Assembleia da Organização Concelhia do Montijo.

Faziam parte da mesa os camaradas Jaime Serra, da Comissão Política do Comité Central; José Carlos, da Direcção

a existência de um movimento sindical forte, unido e organizado tem sido um verdadeiro obstáculo à política direitista do Governo PS e das forças reacçãoárias. O mesmo camarada informou ainda que no concelho do Montijo, das diversas Comissões de Trabalhadores — repartidas pela indústria corticeira, indústria de carnes e outras empresas

11 operários, 1 camponês, 8 empregados, 1 técnico, 2 intelectuais e 1 elemento não discriminado. Quanto à composição etária, 37,5% dos camaradas eleitos têm entre 20 e 30 anos, 29,2% têm entre 30 e 40 anos, 20,8% têm entre 40 e 50 anos e 12,5% têm mais de 50 anos.

Encerrou os trabalhos



da Organização Regional do Setúbal, bem como os elementos da Comissão Concelhia cessante.

Na abertura da sessão, o camarada José Carlos salientou que esta Assembleia foi o resultado de dezenas de reuniões e de assembleias de célula de empresa, de freguesia e de outros sectores onde foram eleitos os delegados a ela presentes, viva prova da democraticidade interna do nosso Partido. O camarada José Figueiredo apresentou depois dados concretos da organização.

Seguiram-se as intervenções dos camaradas João Correia sobre a Comissão de Freguesia de Canha; Ilda Marinheiro, da célula da Pablos; Fernando da Piedade, sobre os problemas dos reformados; Joaquim Ferreira, que foi relator do trabalho de fundos; José Caria, pela freguesia de Sarrilhos Grandes; Júlio José, da célula do Isidoro.

Na intervenção sobre ensino, o camarada Sérgio Pinto, em nome da célula dos professores comunistas, recentemente criada, fez um apelo a todos os professores progressistas no intuito de se conjugar esforços em torno de um objectivo comum — derrotar as forças reacçãoárias interessadas no retrocesso do ensino.

O camarada Henrique Aleixo fez uma importante intervenção sobre o trabalho sindical, notando que

desempenharam importante papel não só na defesa das condições de trabalho de todos os trabalhadores, mas também e fundamentalmente, contra a sabotagem económica desenvolvida pelo patronato reacçãoário, nomeadamente nas empresas Pablos, Mundet, Mafalda, Sogantal, Siborel e Metalúrgica Esquilho. Apontou, por fim, para a criação da União dos Delegados Sindicais do Concelho do Montijo e para a necessidade urgente de se manter uma estreita união entre comissões sindicais e comissões de trabalhadores, criando uma forte organização de massas.

Na sua intervenção sobre a freguesia de Pegões, o camarada Custódio Rodrigo acentuou que, dada a grande percentagem de pequenas explorações agrícolas, havia a necessidade de se criar uma Liga de Pequenos e Médios Agricultores, a fim de não só fazer face aos problemas da sua classe mas também através desta organização unitária combater eficazmente organizações fascistas como a CAP, que têm tentado infiltrar-se nesta zona.

Diversas intervenções se seguiram, das quais se salientam: Construção Civil, Reforma Agrária, sobre as mulheres, Informação e Propaganda e Autarquias.

A nova Comissão Concelhia eleita tem a seguinte composição:

ADIADA A ASSEMBLEIA DE CAMPANHã

Foi adiada a 1.ª Assembleia de Freguesia de Campanhã do nosso Partido em virtude de ter desabado parcialmente o tecto do cine-teatro «Vitória», no sábado passado, quando camaradas estavam a decorar a sala.

Em face do sinistro, que provocou a destruição de várias cadeiras, e da ameaça de se voltarem a registar novos desabamentos, os nossos camaradas concluíram pela impossibilidade de utilização do recinto, procurando desde logo encontrar outra sala, sem o consequir.

«Certos que este contratempo não fará emoerore o entusiasmo que se vivia na sua preparação», a Comissão Organizadora da 1.ª Assembleia de Campanhã do PCP, conta com a compreensão de todos, delegados, convidados e amigos», como sublinha um comunicado divulgado por aqueles camaradas.

FESTA do AVANTE!
9.10.11 de SETEMBRO
VALE do JAMOR



TRAZER AS COISAS FEITAS

Em toda a organização do Partido se elaboram planos, se traçam projectos, se discute a participação de cada sector na Festa do «Avante!». O tempo que nos separa desta iniciativa não é muito, o que significa que os esforços a dispendir terão de ser grandes.

Por outro lado, chamamos a atenção das organizações de que este ano a Festa se reveste de características totalmente diferentes das do ano passado. A Festa vai realizar-se ao ar livre, num terreno onde não existem estruturas nem outras condições que permitam facilmente trabalhos de «última hora», o que, se por um lado levanta alguns problemas que teremos de resolver com a nossa própria capacidade, por outro tem a vantagem de oferecer um espaço muitíssimo maior e de permitir a concretização de todos os planos que a iniciativa criadora das organizações possa conceber. Para isso, porém, importa que não se deixe nada do que seja essencial para a última hora, para as vésperas da abertura da Festa.

A melhor forma de simplificar o trabalho será trazendo as coisas feitas para Lisboa. Ou seja, se se quiser fazer uma exposição fotográfica, por exemplo, as fotos devem vir feitas e os painéis devem vir preparados, prontos a serem colocados; se a ideia for um restaurante, é preciso não esquecer as mesas (que podem ser desmontáveis ou articuláveis) e as cadeiras, porque senão à última hora acaba tudo a comer no chão! Os panos e os cartazes também deverão ser feitos nas respectivas zonas e trazidos já prontos a serem colocados.

É necessário que todos tenham sempre presente que vamos fazer uma Festa diferente. Trazer as coisas feitas deverá ser uma regra para todos. O que tem as suas vantagens, dado que assim não há possibilidade de faltarem os materiais, de não se poder apresentar aquele belo «stand» com que tanto se sonhou. Claro que haverá que arranjar meios para transportar os materiais, mas isso é uma questão que cabe a cada organização resolver da melhor maneira possível.

Os comunistas estão habituados a trabalhar organizadamente. Banir as improvisações, não deixar para depois o que se pode ir já fazendo, será mais um passo para o aperfeiçoamento da nossa própria organização. Que cada organismo comece já a planear e «construir» o seu «stand»!

O PORTUGAL QUE NÓS QUEREMOS

No âmbito dos trabalhos preparatórios da Festa do «Avante!» realizou-se no passado fim-de-semana, no Centro de Trabalho Vitória, uma reunião nacional que contou com a participação de representantes de todas as Direcções de Organização Regional do nosso Partido.

Num breve balanço do sucesso alcançado com a Festa em 1976, foi salientada a enorme projecção política conseguida com a iniciativa, o seu carácter nacional, o contagiante optimismo e confiança no futuro que os comunistas souberam transmitir ao povo português.

E porque fazer sempre melhor é o nosso lema, foram recordadas também as falhas mais importantes que se cometeram e que será possível evitar este ano com a experiência adquirida. Este ano, aliás, a Festa será diferente. E certamente melhor.

A visão do Portugal que os comunistas querem construir é o tema proposto sobre o qual as organizações se debruçam já, atarefadas em recolher ideias, em elaborar planos, em reunir dia a dia os materiais que vão tornar possível a completa modificação do vale do Jamor.

As grandes questões da actualidade política e económica serão tratadas das mais diversas formas, consoante a experiência própria e o espírito inventivo de cada sector. Mas consagrando sempre as principais conquistas da Revolução de Abril, num momento em que mais do que nunca se torna necessário defender as Nacionalizações, o Controlo Operário, a Reforma Agrária, as Liberdades, a Constituição.

E porque a vida do grande Partido dos trabalhadores portugueses é inseparável de todas estas questões, também ela estará presente em cada stand, em cada manifestação cultural e política, sempre mais rica na sua profundidade e diversidade.

Diversidade não faltará igualmente no programa cultural, no qual está previsto cinema, teatro, exposições de artes gráficas, de arte popular, para além de um vasto leque de artistas nacionais e estrangeiros de primeira qualidade, que a devido tempo divulgaremos.

Os trabalhos de organização e implantação da Festa já começaram. Todos podem e devem dar a sua contribuição. As férias não são impedimento, pois para os que forem trabalhar para o Jamor haverá um acampamento, possivelmente a partir de Agosto. Não se pode dizer que não serão umas férias originais!

Como foi dito no decorrer da reunião, os comunistas são capazes de todos os esforços. Esta Festa, sobre o Portugal que nós queremos, será de novo uma clara manifestação da nossa confiança no futuro radioso que havemos de construir.



Um aspecto da reunião



Os camaradas que participaram na reunião preparatória deslocaram-se depois ao Jamor, ao local onde a Festa se vai realizar

A EP JÁ ESTÁ À VENDA!

A venda da EP já começou. Em todos os centros de trabalho do nosso Partido, nas empresas, nas ruas, em toda a parte se começa também já a perguntar pela EP, se manifesta o desejo de participar de novo na grande Festa do «Avante!».

Corresponder à expectativa justamente criada pelo êxito que a Festa alcançou no ano passado é pois um dever de todos os militantes comunistas.

Vamos vender o maior número possível de EPs. Este ano, como se sabe, o recinto da Festa é bastante maior. O que significa, naturalmente, que muito mais gente poderá participar nesta grandiosa realização política e cultural, que vai ser a nossa Festa, a Festa de todo o Partido.

Para isso, para que ninguém fique esquecido, para que a Festa seja de facto uma realização de massas, há que desenvolver todos os esforços na venda de EPs.

É sobejamente conhecida a inesgotável capacidade de realização dos comunistas. Assegurar desde já, até à data marcada para o início da Festa, a venda de milhares e milhares de Entradas Permanentes é, evidentemente, uma tarefa importante em que, estamos certos, toda a organização se vai empenhar. E de forma organizada, como também é normal entre os comunistas.

A Festa do «Avante!» está aberta a quantos nela quiserem participar. A compra da EP, tal como no ano passado, é vantajosa.

Por cem escudos pode-se entrar e sair da Festa quantas vezes se quiser, durante os três dias. Evitam-se as «bichas», apertos e incómodos a que se sujeitam os visitantes «de última hora». Para já, não falar dos brindes a sortear entre os portadores de EP.

Como se vê, só há vantagens.

As EPs estão à venda. Encontram-se nos Centros de Trabalho do nosso Partido, em todos os locais de trabalho, nas ruas, em toda a parte, porque os militantes comunistas não se vão poupar a esforços para as difundir. Mesmo os que vão de férias não têm de se preocupar. Onde quer que se encontrem, estamos certos que se encontrará também um comunista que lhes poderá fornecer as Entradas Permanentes para a segunda grande Festa do «Avante!».

Camaradas, já sabemos o que se espera de nós. Ao trabalho.

Vamos todos vender EPs!

DEBATE NA AMADORA COM 100 CAMARADAS

Dentro de dois meses aí temos a segunda edição da nossa Festa. Isto quer dizer que não podemos trabalhar devagar nem contemporizar com os tempos mortos. O espírito de iniciativa das organizações do Partido deve associar-se à capacidade de organização e à operosidade. Discutir o menos possível, trabalhar o mais que possa — este deve ser o lema dos grupos de trabalho em cada organização.

Assim o estão compreendendo já vários camaradas e organismos, assim o compreendeu, por exemplo, a Comissão de Freguesia da Amadora que na segunda-feira última, reuniu cerca de uma centena de camaradas no seu Centro de Trabalho e atacou já algumas medidas práticas imediatas para assegurar uma presença representativa na Festa.

O debate, em que participaram os camaradas Dias Lourenço e José Casanova, membros do Comité Central, foi interessante e vivo e permitiu assentar desde já em bases firmes para o arranque dos trabalhos. Um bom exemplo para todas as organizações do Partido.

Ao trabalho, camaradas!

UM ESFORÇO MAIOR PARA UMA FESTA MELHOR

A primeira Festa do «Avante!» foi um êxito indiscutível.

O que tornou possível esse êxito? Dissemo-lo inúmeras vezes, mas nunca será demais repeti-lo: esse êxito ficou a dever-se, sobretudo, ao enorme espírito de sacrifício, à dedicação, à abnegação, à imaginação e espírito criador das organizações e militantes do nosso Partido.

Quantas noites sem dormir, quanto esforço físico suplementar em corpos cansados do trabalho diário, quanta força de vontade para vencer as dificuldades! Só os comunistas se poderiam assim sacrificar, na sua imensa dedicação ao seu Partido e ao seu Povo.

Daí para cá, novas e grandiosas realizações foram levadas a cabo, com sucesso, não havendo praticamente um momento de descanso. E continuamos.

Se no ano passado fizemos sacrifícios grandes para levantar a magnífica Festa que ficou na memória de todos, este ano os esforços não serão menores. Já falámos das novas condições do local, do período de férias, dos apenas oito dias de que dispomos em Setembro. Todos estes factores terão de ser ultrapassados com a nossa vontade colectiva de vencer, com o colectivo esforço de toda a organização.

Estamos certos de vencer mais esta tarefa. Muitos sacrificarão as férias, outros prescindirão da praia para acampar no Jamor, todos daremos o melhor do nosso contributo.

As grandes tarefas não assustam os comunistas. Estão habituados a travá-las e, sobretudo, sabem porque razão as travam.



Preparação da Festa: o ano passado foi assim

MEDINA CARREIRA NÃO ESCLARECEU AS DÚVIDAS E INQUIETAÇÕES SOBRE OS EMPRÉSTIMOS EXTERNOS

«Não será com uma atitude acomodatória e fatalista perante a actual estrutura e volume das importações portuguesas que se poderá abrir caminho para o reequilíbrio económico e financeiro do País»

1. Em 25 de Junho, considerando a gravidade das notícias vindas a público sobre as condições que estariam associadas à negociação com um grupo de 11 países de um empréstimo a Portugal de 30 milhões de contos, o PCP teve ocasião de expor as suas sérias apreensões sobre o assunto, salientando a estrita obrigação de o Governo prestar ao País os esclarecimentos que a defesa dos interesses da economia e da independência nacional plenamente exigiam.

Abordado posteriormente por alguns órgãos de informação, o Primeiro-Ministro remeteu as explicações solicitadas para uma próxima comunicação ao País do ministro das Finanças, a qual se veio a realizar em 28 de Junho.

2. O PCP salienta, no entanto, que da análise da referida comunicação resulta que o ministro das Finanças não só não esclareceu as dúvidas e legítimas inquietações existentes, como proferiu afirmações que são motivo de novas preocupações quanto à orientação do Governo perante os gravíssimos problemas económicos e financeiros com que o País se defronta.

Com efeito, entre outros aspectos, **não foi esclarecido** se a obrigação de Portugal negociar a segunda parte de crédito com o FMI e acordar com este organismo um "plano de estabilização" para a economia nacional, é ou não uma condição imposta pelos países eventualmente financiadores do presente empréstimo.

Não foi esclarecido o que entende o Governo pela colaboração do FMI na elaboração do plano que vai ser submetido à apreciação daquele organismo internacional.

Não foi esclarecida a compatibilidade entre tal plano e o Plano a Médio Prazo 1977/80 que a Assembleia da República vai debater.

Sabendo-se que neste momento estão já hipotecados 40% das 850 toneladas de ouro existentes no Banco de Portugal, **não foi esclarecido**, em relação aos anunciados novos empréstimos a obter junto de bancos comerciais, até onde pensa o Governo prosseguir a hipoteca das reservas de ouro.

Tendo sido referido que Portugal no início de 1977 contraiu um empréstimo a curto prazo com o Fundo de Estabilização Cambial dos EUA que "poderia ser utilizado até ao montante de 300 milhões de dólares", **não foi esclarecido** qual a sua relação com os 300 milhões de dólares com que os EUA participaram no empréstimo agora anunciado.

Não foi esclarecido qual o teor da "carta de intenções" assinada pelo Governo Português aquando da obtenção da 1.ª parte de crédito do FMI.

A não ser que o Ministro das Finanças tivesse absurdamente partido do princípio de que o que interessa ao FMI interessa automaticamente a Portugal, **não foi esclarecido** se é ou não verdade que, caso o FMI não aprovasse o referido plano, Portugal teria então de solver de imediato os compromissos agora, em princípio, acordados.

O Governo continua, pois, a dever ao País estes esclarecimentos.

3. Não podem passar sem severa crítica as afirmações produzidas pelo ministro das Finanças quanto ao problema essencial da redução das importações, a qual tem hoje de ser considerada como uma componente indispensável de uma política económica e financeira orientada, como se impõe, para a redução do défice da balança de pagamentos.

Os termos em que este problema foi referido apenas vieram dar maior credibilidade às notícias segundo as quais uma das condições do prometido empréstimo de 30 milhões de contos seria a de Portugal **não adoptar uma política de restrições às importações**.

Não será com uma atitude acomodatória e fatalista perante a actual estrutura e volume das importações portuguesas que se poderá abrir caminho para o reequilíbrio económico e financeiro do País. O PCP chama a atenção para o facto de que, tendo o ministro das Finanças declarado que mesmo eliminando os artigos

supérfluos, ainda nos restariam por satisfazer 90% das importações, não informou, no entanto, que essa redução de 10% representaria uma poupança de cerca de 12 milhões de contos e significaria, em consequência, uma redução do défice da balança de pagamentos da ordem dos 40%, em 1976.

Por outro lado, na intervenção do ministro das Finanças, tanto quanto a imprensa o tenha revelado, não há qualquer referência às reais possibilidades que existem no nosso país de substituir produtos importados por produção nacional, orientação igualmente essencial para atacar os problemas fulcrais da economia portuguesa.

Ao contrário do que foi afirmado pelo ministro das Finanças, a perspectiva que uma acertada política de redução e substituição de importações coloca, não é a do desemprego, a do agravamento das dificuldades económicas e de perturbações no processo produtivo, mas sim a absorção do desemprego, a reanimação da actividade produtiva nacional, novas possibilidades de êxito económico para os próprios sectores e empresas capitalistas existentes, no respeito dos limites actuais das diversas formações económicas definidas no curso da revolução.

4. Ao invés da atitude conformista do Governo perante o crescente endividamento externo e perante as suas gravosas consequências para a recuperação económica do País e para a independência nacional, os estudos e trabalhos realizados no âmbito da recente Conferência Económica do PCP demonstraram ser possível num ritmo rápido reduzir substancialmente o défice da balança de pagamentos, quer pela contingenciamento rigorosa de produtos supérfluos e não essenciais que se poderá traduzir, segundo cálculos feitos, numa redução de cerca de 11,5 milhões de contos, quer pela substituição de importações por produção nacional que poderá atingir um valor de cerca de 17 milhões de contos.

Insistindo no carácter realista de tais perspectivas, o PCP manifesta a sua completa abertura e disposição de participar em todas as iniciativas visando examinar pública e detalhadamente os problemas vitais da redução do défice da balança de pagamentos, da redução de importações, do aumento da produção nacional, visando confrontar diferentes perspectivas quanto às questões essenciais da recuperação económica do País.

5. O PCP adverte novamente que não é escamoteando as duríssimas condições económicas que o imperialismo está impondo ao País pela via dos empréstimos externos, — os quais aliás continuam no essencial a ser dirigidos para cobrir défices originados pelo consumo ao invés de serem orientados para o investimento produtivo e a solução dos problemas de fundo da economia portuguesa — que se alargará e tomará mais ampla a consciência da gravidade da situação e da necessidade de um grande esforço patriótico para lhe fazer face.

O PCP adverte uma vez mais que não é subordinando os interesses nacionais às crescentes exigências dos credores internacionais que será possível sair da crise. Como a experiência de numerosos países demonstra, não é sujeitando a política económica nacional às directrizes de organismos internacionais que são conhecidos instrumentos de pressão e ingerência imperialista que se promoverá a recuperação económica.

A ruínosa política de endividamento externo que o Governo teima em prosseguir, apenas serve para iludir e adiar os problemas, compromete crescentemente a independência e a soberania nacional, adia e dificulta a imperiosa mobilização das energias e recursos nacionais, traz consigo não a desejada perspectiva da recuperação económica, mas a perspectiva do agravamento da crise com dramáticas repercussões sobre as condições de vida de toda a população laboriosa.

Lisboa, 1 de Julho de 1977

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português



BARRETO ANTES E DEPOIS

Há sete anos na Suíça, o ministro Barreto, o mesmo da lei celerada, teve uma paixão febril pela "ditadura do proletariado". Quem iria supor, se alguém por tal se interessasse, onde esse "fervor" levaria!

Numa "carta aberta" para ninguém, apesar de dirigida, no entender dos autores, "aos militantes do PCP e revolucionários portugueses", Barreto fazia aparentemente uma defesa sem brechas do que ele e quatro confrades se entretinham a supor como supassumo da revolução para Portugal, dispondo-se a exportá-la imediatamente da Suíça!

Mas não exportaram nada de parecido. O que Barreto exportou veio com ele e aí está uma pequena amostra, na coluna da direita, de como se tornou cordato e "ocidental" um dos inflamados autores da farsa suíça, o pseudo-revolucionário de "carta aberta", hoje ministro e figura de proa do partido de Mário Soares.

Não é a primeira vez que a prática esclarece a imagem real dos que viram a casaca. Não é para nós surpresa nenhuma, nem a damos como tal, esta pequena amostra da pirueta suíça e proletarista do ministro Barreto! Mas queremos, ainda assim, deixá-la aqui para os apreciadores de piruetas.

1 A solução ao domínio dos monopólios não cabe nos quadros do sistema capitalista. A revolução antimonopolista, forçosamente anticapitalista, terá de ser uma revolução socialista, já que só as classes trabalhadoras podem ser antimonopolistas e anti-imperialistas de forma consequente. E só a ditadura do proletariado, só a democracia para e dos operários, poderá defender e consolidar essa revolução dos ataques da burguesia, armada e directamente apoiada pelo imperialismo mundial.

2 ... É pura ilusão, só explicável por uma demissão da perspectiva da luta de classes, supor que o capital monopolista estreitamente ligado ao capital imperialista, poderia ser vencido e eliminado da direcção da actividade económica (como se afirma no Programa) dentro do quadro do sistema capitalista, dentro do quadro do domínio da burguesia.

3 A direcção do PCP, sempre tão pronta a copiar na forma o leninismo, "esqueceu-se" neste caso que Lênine afirmara claramente que a vitória da revolução democrática russa teria de ser assegurada pela "ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato", única via capaz de impedir a absorção da vitória do proletariado pela burguesia inconsequente.

4 Não há várias maneiras de dar a uma revolução um conteúdo anti-imperialista consequente, mas um só: consiste em assegurar a conquista do Poder pela classe operária e as massas populares, únicas classes que podem ser realmente anti-imperialistas, e em transformar o mais depressa possível, e logo que possível, esse Poder numa ditadura do proletariado assegurando assim, segundo um ritmo determinado pelas condições objectivas e acelerado pela vontade consciente do proletariado, a democratização da sociedade através do processo da revolução socialista.

1 "...As experiências de colectivização integral e forçada das terras, verificadas desde os princípios deste século, provaram à saciedade que não melhoram a produção nem as condições de vida dos trabalhadores e agricultores. Tais experiências, além de serem atentados à liberdade e à democracia, só se consolidaram graças ao extermínio de milhares ou milhões de camponeses ao abrigo de ditaduras totalitárias. Não é por esta via que se construirá o socialismo democrático, como prevê a Constituição. Não será esse o caminho que Portugal percorrerá". (Nota oficiosa do MAP, segundo o "Diário de Notícias" de 3 de Junho de 1977).

2 "É esta Europa que nos interessa: a Europa Ocidental no seu conjunto, independente e solidária. Uma Europa onde os nossos países possam continuar a ser os pioneiros, no mundo de hoje, em matéria de concertação social, no 'controlo' das crises económicas, mas também das liberdades" (Declarações de Barreto ao regressar de uma reunião da EFTA, segundo o "Diário de Notícias" de 17 de Fevereiro de 1977).

3 "A ausência de liberdades e o estalinismo são elementos imprescindíveis e integrantes do pensamento e da prática dos comunistas. Nos comunistas, o liberalismo é sempre tático e passageiro. Os objectivos são os mesmos de há cinquenta anos: a estatização absoluta, a eliminação dos divergentes, a supressão da soberania popular e a ditadura como regime político. Além disso, são profundamente conservadores do ponto de vista socio-cultural" (Entrevista ao jornal "A Luta" de 19 de Fevereiro de 1976).

4 "... Nós somos um país do Ocidente e as influências do Ocidente em Portugal não são perniciosas, antes pelo contrário. Somos parte integrante do Ocidente que tem um passado e um presente cultural importantes e do qual somos parte. Estamos dispostos a contribuir para a transformação do Ocidente e para a sua evolução no sentido da Democracia e do Socialismo..." (Entrevista ao jornal "A Luta" de 19 de Fevereiro de 1976).

Barreto limita-se a repetir aqui, por outras palavras, a "tese" do dr. Mário Soares segundo a qual o Mercado Comum (CEE) é a forma de a Europa Ocidental caminhar para o socialismo.

SONDAGENS ENCOMENDADAS PARA MANIPULAR E INFLUIR NA OPINIÃO PÚBLICA NACIONAL

1. Nos últimos dias diversos órgãos de informação e alguns dirigentes políticos têm procurado explorar os resultados de uma sondagem de opinião encomendada, paga e divulgada por um semanário dirigido por dois responsáveis do PPD/PSD e que tem como um dos aspectos da sua orientação regular estabelecer pressão sobre o PS com vista a alianças com a direita.

2. As reservas que devem merecer de uma forma geral, as sondagens à opinião pública, há muito denunciadas com abundante soma de exemplos como forma subtil de manipulação da opinião pública, somam-se no presente caso os preciosos objectivos políticos que seguramente predeterminaram esta sondagem.

3. Com efeito, os resultados atribuídos à recente sondagem e a exploração política que deles se está a fazer, mostram uma vez mais que não se pretende reflectir a realidade do que pensam e sentem os portugueses mas sim, pelo contrário, falsear a realidade para fazer inclinar o sentido em que crescentemente se manifesta a opinião pública nacional.

4. Largos sectores da população portuguesa retiram crescentemente a confiança que anteriormente exprimiram em relação aos partidos de direita. Cresce o descontentamento e a desilusão perante as cedências à direita do Governo e a sua política de recuperação capitalista. Sucodem-se as vitórias de listas unitárias nas mais diversas eleições sindicais. No movimento estudantil a direita é contida e consolidam-se as posições progressistas e unitárias. As grandes jornadas do 1.º de Maio e de 22 de Junho mostram a determinação combativa e a firmeza dos trabalhadores portugueses e o seu repúdio por uma política contrária aos seus direitos e às conquistas da revolução portuguesa. Por toda a parte ganham maior expressão na vida portuguesa os sentimentos e atitudes unitários. Um intenso desejo de ver realizada a aproximação e o entendimento entre as forças da liberdade e do progresso social percorre por forma crescente a sociedade portuguesa. Cresce e amplia-se em largas camadas da população e convicção de que sem

o PCP e muito menos contra o PCP não é possível abrir caminho à solução dos mais prementes problemas nacionais.

5. É esta realidade que se torna insuportável para a direita e para todos quantos gostariam de poder prosseguir impunemente uma política divorciada das grandes aspirações populares e da Constituição.

É contra esta realidade e contra o estímulo que ela constitui à acção e à luta dos democratas portugueses, que se organizam sondagens efectuadas em termos e em condições que escapam a qualquer controlo de objectividade e seriedade.

É contra esta realidade que dá força e solidez às esperanças e à luta por uma alternativa democrática à política actual, que se pretende dar agora a imagem de um eleitorado cristalizado que se pretende consagrar o imobilismo em prejuízo do movimento real.

6. Afirmar com base em sondagens duvidosas que este ou aquele partido continuaria a ser o partido mais votado, esquecendo que, depois de 3 eleições, não é essa a questão fundamental mas sim saber, em relação a uma situação anterior, quem perde e quem ganha influência, é escamotear o essencial.

De qualquer forma, ainda que por absurdo e contra todas as evidências, se admitisse que hoje o eleitorado se manifestaria de forma exactamente semelhante à expressa nas eleições para a Assembleia da República, nem por isso a direita terá motivos para festejar o acontecimento. Isso representaria, no mínimo, que a direita, derrotada anteriormente em 3 eleições, continuaria hoje a ser derrotada. Isso significaria, no mínimo, que comunistas e socialistas continuariam a deter por larga margem a maioria dos votos e que continua sólida a base essencial para permitir que venha a ser estabelecida uma plataforma patriótica que assegure a saída da crise e a defesa da democracia portuguesa.

Lisboa, 5 de Julho de 1977

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

A SAÍDA DA CRISE

edições Avante!

TEXTOS DA CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCP PARA A RECUPERAÇÃO ECONÓMICA

Brevemente 2ª edição

O QUE É O PROJECTO DE

É A RUÍNA DOS PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES

O Projecto Barreto é um projecto de ruína e de proletarização dos pequenos e médios agricultores.

Como assim? Interrogarão os que se deixaram emaranhar pelas promessas demagógicas do ministro Barreto de distribuição de terras a pequenos e médios agricultores.

Muito bem: Barreto dá terra aos pequenos e médios agricultores. Mas não tinham terra, os pequenos e médios agricultores arruinados durante o fascismo? E não a perderem totalmente, só nos últimos 15 anos de regime fascista, mais de 60 mil pequenas e médias empresas agrícolas sacrificadas ao ritmo da concentração da propriedade?

Que fazem os pequenos e médios agricultores com uns punhados de terra, se os produtos fundamentais para a actividade da lavoura (pesticidas, rações, adubos, gásóleo, etc.) são cada vez mais caros, se não têm garantia de preços e de escoamento e de comercialização da sua produção? Veja-se que o projecto dedica somente duas linhas às propostas de crédito e seguro agrícolas e nem sequer aborda a questão da comercialização dos produtos da terra!

Que fazem com meia dúzia de palmos de terra, os pequenos e médios agricultores se, como o passado demonstra à saciedade, é crescente a sua incapacidade de concorrência económica com a grande produção agrícola?

Tal como aos trabalhadores das UCPs, não resta aos pequenos e médios agricultores o caminho para as cidades onde o desemprego se agrava com a política do Governo. Não lhes será sequer aberta a via da emigração, que lhes foi imposta pela miséria a que os submeteram os latifundiários e pelo desenvolvimento do capitalismo nos campos. Isso porque em toda a parte, o capitalismo esbraceja numa crise que se manifesta na quebra da produção industrial, no custo de vida, no desemprego.

Para sobreviverem, resta aos pequenos e médios agricultores a aliança com os trabalhadores das UCPs, na luta contra o projecto Barreto, para que este não fique como um crime contra os interesses do povo na Assembleia da República que, representando o resultado do voto popular, por ele seria vigorosamente condenada.



É o regresso do desemprego e da fome aos campos

É A RECUPERAÇÃO DO LATIFÚNDIO

O projecto de lei Barreto, que constitui aquilo que poderemos correctamente designar por projecto da Contra-Reforma Agrária, não visa mais do que recuperar aceleradamente o poder económico daqueles que durante longos anos exploraram a força de trabalho da maioria do povo português. O projecto de lei Barreto não visa apenas a recuperação latifundista. Propõe-se ainda desenvolver a grande empresa capitalista nos campos. Isto à custa não só do suor e da fome dos assalariados rurais e da ruína progressiva dos pequenos e médios agricultores, mas também do empobrecimento da agricultura, do desbaratamento das possibilidades de cultivo, do agravamento da economia nacional e da dependência em relação ao imperialismo.

O projecto de lei Barreto visa que meia dúzia de parasitas voltem a «poder e mandar» nas terras do Alentejo e do Ribatejo e demais zonas de intervenção. No conjunto dos artigos que constituem este projecto de lei, 37 são

trabalhadores de uma UCP construíram com o seu esforço e o seu investimento, enriquecendo a exploração, não conta para efeitos de pontuação, arrecadando o agrário integral e gratuitamente o resultado do sacrifício dos trabalhadores! Significa ainda que um agrário poderá vir a ter rendimentos anuais de milhares de contos!

Se o proprietário, rendeiro ou sub-rendeiro não trabalhou a terra no ano agrícola em curso à data da expropriação, ou mesmo em qualquer dos dois anos imediatamente anteriores, nem por isso deixará de ter direito à reserva.

Basta-lhe para tanto afirmar que não tem rendimentos superiores ao salário mínimo nacional correspondente ao período de um ano, ter mais de 65 anos ou estar impossibilitado de trabalhar. Mas mesmo assim estes requisitos são dispensáveis: assim (art. 24.º-5) o agrário pode pura e simplesmente alegar que se viu compelido a arrendar os prédios a qualquer UCP ou ao Instituto de

Pelo projecto Barreto, a reserva concedida a um proprietário ou outro serventário ou a um grupo que detenha em conjunto o mesmo prédio rústico, «só» pode atingir até 5% da área dos prédios rústicos do respectivo concelho. Convém salientar que cada membro de uma família de agrários (com excepção da mulher casada com comunhão de bens), pode receber uma reserva. Onde resulta que praticamente uma família de agrários pode possuir grandes zonas de todo um concelho. Por outro lado, como nada na lei impede que a mesma família receba reservas até 5% da área dos prédios rústicos de diversos concelhos, temos criadas, de um só golpe, as condições para o renascimento do poder das grandes famílias de latifundiários!

De modo a acelerar este renascimento, Barreto promete no art. 45.º «medidas incentivadoras»: concessão de créditos e de subsídios não reembolsáveis, fixação de preços compensadores, condições preferenciais e facilidades na aquisição de sementes, fertilizantes, rações, máquinas e gados; concessão do uso de equipamentos e incentivos fiscais. Tudo isto em pé de igualdade com os pequenos agricultores e cooperativas! Como isto seria pouco, Barreto impõe que os agrários escolham a localização das reservas nas melhores terras e à volta da casa de habitação (art. 32.º-4.º) permitindo, como já vimos, que os investimentos entretanto realizados pelos trabalhadores das UCP e benfeitorias não contem para o cálculo da pontuação. Admite-se também (art. 37.º) que aos agrários sejam restituídos os meios de produção apropriados colectivamente pelos trabalhadores e que, para maior escândalo, sejam roubadas às UCP máquinas e gados — produto do seu esforço e produto da solidariedade das massas laboriosas a nível nacional e internacional — os quais podem ser considerados «excedentários» em relação à área final das UCP depois de efectuadas todas as reservas. Quanto à redução desta área, basta salientar que a sanha destruidora de Barreto, correspondendo aos interesses da reacção interna e do imperialismo, foi de tal modo longe que este projecto de lei a tomar carácter legal e a ser aplicado, tornaria possível chegar-se a uma situação em que toda a área expropriada não bastaria para a concessão de reservas (recorde-se que podem pedir reservas tanto os proprietários como os rendeiros e os sub-rendeiros)!

Se a terra não chegaria para a concessão de reservas como havia de chegar para o prosseguimento do processo de expropriações? Este é outro capítulo destruidor inserido no projecto lei Barreto. Mesmo assim Barreto acautela, não vá sobrar um palmo de terra susceptível de expropriação: o art. 40.º, estipula que compete ao MAP declarar para cada caso a «utilidade pública» das expropriações, o que abre as portas a um processo de tal modo burocrático que os netos dos trabalhadores que estivessem à espera da expropriação, talvez a vissem concretizada. Por outro lado, deixa fora do âmbito das expropriações, um conjunto de entidades até agora abrangidas (Misericórdias, Fundações, e outras associações mal definidas) o que representa mais um meio tendente à manutenção e à criação de empresas capitalistas no campo (só a Fundação da Casa de Bragança detinha mais de 14 000 ha já expropriados, na sua quase totalidade a mato).

O cúmulo da desfaçatez deste texto que pretende enunciar «as bases da Reforma Agrária», encontrámo-lo no artigo 68.º em que se afirma claramente que parte dos prédios nacionalizados pode ser desnacionalizada através da atribuição de reservas, «sem prejuízo da irreversibilidade das nacionalizações».

Para repararmos no que de escandaloso e atentatório contém tal disposição, pensemos que alguém nos diria que «quem fizer greve será fuzilado, sem prejuízo do direito à greve e da proibição da pena de morte».

Do mesmo modo Barreto investe contra as nacionalizações, sem prejuízo da sua irreversibilidade...

O projecto Barreto, visando a concentração da propriedade, o desenvolvimento do capitalismo nos campos, quer condenar a Reforma Agrária. Mas o que seria veementemente condenado como antipatriótico seria o acordo a este projecto que levaria não somente à ruína dos trabalhadores como ainda à de todo o País em termos económicos.



É a restituição aos antigos patrões de bens legitimamente em posse dos trabalhadores

dedicados a aplanar o caminho para o regresso dos latifundiários, a concentrar a propriedade, a desenvolver o capitalismo e a afastar os trabalhadores.

Vejamos alguns dos sinuosos caminhos do ministro Barreto, que, empurrado pelo vento das pressões imperialistas, procura levar água ao moinho das forças de direita.

Quanto à pontuação da área de reserva, é incorrecto dizer simplesmente que se alterou de 50 000 (base actual) para 70 000 (proposta do projecto lei Barreto). Ditas as coisas deste modo poderia parecer, dado o carácter retroactivo das disposições do projecto, que a uma reserva de 50 mil pontos já concedida bastaria acrescentar uma área com mais 20 000 pontos. Embora este acrescento constituísse já uma violência no espaço vital das UCP e Cooperativas Agrícolas, Barreto não fica por aqui. Assim introduz novos critérios de avaliação da pontuação, que só por si vêm admitir que um agrário venha a possuir novamente uma grande propriedade. Como?

Não fazendo entrar na pontuação as chamadas benfeitorias e outros investimentos, (eucaliptais, pinhais, olivais, vinhas, pomares, regadios, montados de sobreiro, etc.). Isto significa que um agrário pode receber calculada em 70 000 pontos uma terra anteriormente avaliada em 100 000 pontos ou mais! Isto significa, por exemplo, que uma terra com uma vinha deixa de valer os 3900 pontos que actualmente pode valer, para valer apenas os 100 a 300 pontos correspondentes à terra com cereais de sequeiro! Significa ainda que uma albufeira que os

Reorganização Agrária a partir de 1975; que os arrendou a outra entidade depois desta data por «exaustão financeira» ou ainda que «se viu impedido de retomar a exploração directa dos prédios por força das disposições legais sobre arrendamentos» (aqui uma estocada à actual Lei de Arrendamento Rural). À sombra deste manancial de desculpas que o proprietário ou serventário pode escolher, o MAP concede-lhe uma área de reserva de 70 000 pontos. Quanto aos que foram tão totalmente absentistas que nenhum dos argumentos do MAP se encaixam numa situação de absoluto abandono das terras, mesmo a estes o ministro Barreto promete uma reserva cuja área será correspondente a 35 000 pontos!

A TERRA NÃO CHEGARIA PARA AS RESERVAS!

Este o prémio ao absentismo, à sabotagem económica de quantos foram expropriados ao abrigo do DL 660/76, prémio que vai até ao incitamento ao abandono de terras na medida em que os proprietários e outros que recebiam reservas podem ter as terras incultas durante seis anos! (art. 35.º).

No entanto, como 70 000 pontos seriam, sem dúvida, pouco para a voracidade dos latifundistas e capitalistas, Barreto através de um sistema de «majorações», baseado no tipo de solos, nas intenções do agrário e no seu agregado doméstico, permite que a pontuação chegue a atingir 140 000 e 161 000 pontos!

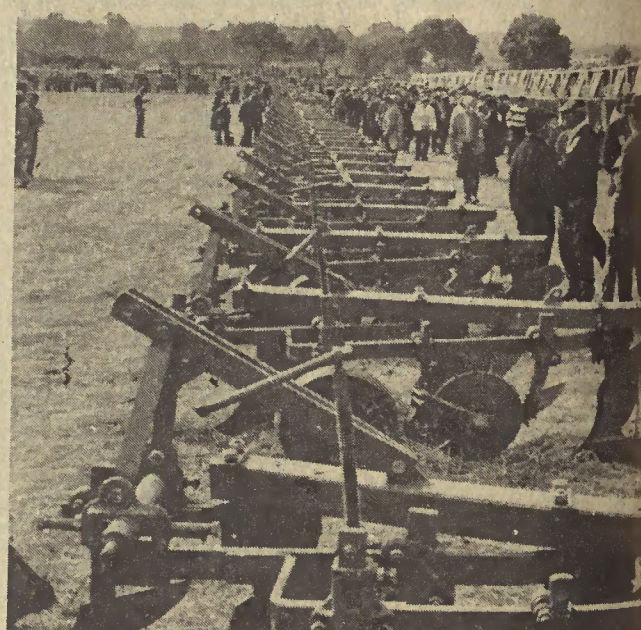
É ANTICONSTITUCIONAL

O projecto de lei Barreto é anticonstitucional porque visa tirar as terras a quem as trabalha, para as entregar a quem as não trabalha, quer abrindo objectivamente o caminho para a recuperação dos latifúndios, quer, por exemplo, admitindo que a terra das UCPs e cooperativas (mesmo a que foi já distribuída aos pequenos e médios agricultores) possa agora passar para os reservatórios, estas Misericórdias e outras associações não definidas (arts 21.º, 24.º e 35.º).

Enquanto a Constituição (art.º 100.º) consagra a criação de cooperativas de trabalhadores rurais e de pequenos e médios agricultores, e ainda outras formas de exploração colectiva por trabalhadores, como imperativo da Reforma Agrária, o projecto admite apenas as cooperativas reduzindo as outras unidades de exploração colectiva a um sistema de cogestão com o Estado.

Ao estipular que os proprietários e outros serventários expropriados terão sempre direito a uma reserva mínima de 35 000 pontos, o projecto fazendo tábua rasa dos muitos casos em que estes praticaram sabotagem económica, o projecto atenta contra o art.º 88.º da Constituição, que impõe sanções para actividades delituosas contra a economia nacional.

Considerando que as expropriações se fazem «por utilidade pública» (art.º 39.º) o projecto admite que haverá sempre direito à indemnização. Isto quando os artigos 87.º e 88.º da Constituição não concedem esse direito no caso de abandono dos meios de produção e de prática de actividades delituosas. Por outro lado, sendo as expropriações um imperativo constitucional (art.º 97.º), o projecto a eliminação dos latifúndios) não pode permitir aquelas jamais processar-se por utilidade pública.



É a espoliação do produto do esforço dos trabalhadores e da solidariedade nacional e internacional

O PROJECTO DE LEI BARRETO RECUSA A TERRA A QUEM TR

LEI BARRETO?

A DESTRUIÇÃO DA LEI DO ARRENDAMENTO RURAL

Mais de 60% dos 300 mil rendeiros vêem no projecto Barreto a destruição da estabilidade, segurança de trabalho e de vida. Isto porque o ministro Barreto pretende excluir da obrigatoriedade da redução do contrato de arrendamento a escrito todos os rendeiros com área inferior a 2 ha. Admitindo a possibilidade de estes o reduzirem a escrito, o que provem a existência do contrato (que só se oralmente), o senhor ministro pretende fazer cessar os rendeiros por lorpas. E mesmo que seja possível provar o que foi dito por boca (pretexto que o servido aos senhorios para expulsarem os rendeiros alegando que estes ocupam ilegalmente as terras) só lhes aplica os costumes da região, que nem mais nem menos do que os existentes em 25 de Abril, pelo menos em 30% dos casos.

As consequências da não redução do contrato de arrendamento a escrito para cerca de 200 mil rendeiros seriam: despejos arbitrários; o não respeito das tabelas de renda oficiais; a obrigatoriedade de cultivarem os produtos que o senhorio exigisse; a impossibilidade de fazerem

só as benfeitorias que considerassem necessárias; os despedimentos sazonais. Assim 1/4 das empresas agrícolas do Continente ver-se-iam manietadas no seu desenvolvimento.

Repondo a legalidade da parceria, na medida em que a não proíbe e, pelo contrário, até a define (art.º 73.º-4), omitindo disposições fundamentais (relativas por exemplo à natureza da renda, direito de preferência, comissões arbitrais), o projecto Barreto tem o «mérito» de demonstrar a todos os rendeiros que o ministro do MAP, destacado membro do PS, vai ainda mais longe do que a proposta de alteração da Lei do Arrendamento Rural da autoria do PPD. Uma e outra comungam do mesmo objectivo: a completa destruição da Lei do Arrendamento Rural.

Os 300 000 rendeiros têm demonstrado que não consentirão que a fome volte a atormentar os seus filhos enquanto os senhorios ricos amealham fortunas. Os rendeiros sabem que a única via para terem trabalho e pão é lutarem contra o projecto de lei Barreto de destruição da Lei do Arrendamento Rural.

Em reuniões e assembleias, milhares de trabalhadores têm, em todo o País, aprovado moções de repúdio pelo projecto de lei Barreto e de defesa da Reforma Agrária. E confiam em que, no Portugal de Abril, a vontade popular será respeitada.

SITUCIONAL

O projecto Barreto é inconstitucional porque, ao fazer a desnacionalização de parte dos terrenos nacionalizados, através de reservas, para a criação de uma Constituição, que afirma a reversibilidade das nacionalizações (art.º 43.º),

o art.º 43.º, o projecto Barreto estipulando que «ninguém, seja pessoa singular ou colectiva, pode explorar na zona de intervenção 24.º a área de terra que exceda os limites fixados pelas reservas, cercela o direito de associação dos agricultores numa cooperativa, na medida em que impede a sua formação, se da exploração das terras resultar uma exploração que ultrapasse o limite das reservas; do mesmo modo vem, na prática, proibir que as cooperativas já existentes tenham mais terra do que o proprietário privado, enquanto este, ao sistema das marjorações, pode possuir uma área muito superior à das cooperativas.

Deixando para futura regulamentação as questões fundamentais, no projecto pretende-se que o ministro Barreto fique de mãos livres para decidir as questões essenciais ouvindo mais os pequenos (como refere em quatro artigos) do que os trabalhadores e os pequenos e médios agricultores que, aliás, jamais escutou.

A inconstitucionalidade do projecto Barreto é evidente com toda a actuação prosseguida até ao momento pelo MAP: a prática repressiva quotidiana de violação da Constituição encontra-se expressa assim, mais uma vez, em todo o texto do projecto, facto elucidativo, nunca se reproduzem os termos da Constituição.

Por isso lutar contra o projecto Barreto é lutar para defender a Constituição, defender o país e a democracia «uma República soberana, baseada na democracia da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na transformação de uma sociedade sem classes».



É a quebra da produção agrícola, o empobrecimento da agricultura e da economia

É A QUEBRA DE PRODUÇÃO O DESEMPREGO, A FOME

O projecto de lei Barreto é um projecto de desemprego para as massas trabalhadoras dos campos do Sul e de miséria para as suas famílias.

Os postos de trabalho criados pela realização da Reforma Agrária são aniquilados no mesmo golpe de destruição das UCPs e Cooperativas Agrícolas, sistematizado em todo o texto. Isto porque o projecto não só não inclui nenhuma obrigatoriedade de o reservatório empregar a mão-de-obra como ainda diz claramente que o mesmo apenas deverá absorver a totalidade ou parte (que parte?) dos trabalhadores presentes na respectiva área em 1 de Janeiro de 1975 (Art. 32/5). Ora Janeiro de 1975, primórdios da Reforma Agrária, foi assinalado por uma situação de grave desemprego nos campos do Alentejo e Ribatejo. Nas áreas abrangidas hoje por 450 UCPs e Cooperativas trabalhavam permanentemente 11 000 homens e mulheres, enquanto hoje nelas se encontram mais de 40 000 trabalhadores permanentes e cerca de 100 mil, incluindo os eventuais. Este projecto, a tomar força de lei, representaria o desemprego inevitável para cerca de 30 000 trabalhadores permanentes para já não falar dos muitos milhares de trabalhadores eventuais.

Acrescente-se que todo o teor do projecto se encaminha no sentido de permitir que os agrários possuam extensas áreas dadas de reserva, mantendo tipos de subexploração com fartos rendimentos. Por exemplo, um único agrário poderá possuir 700 ha de sobro, o que lhe dará, no mínimo, um rendimento de cerca de mil e quatrocentos contos só de cortiça com um emprego mínimo de mão-de-obra temporária. Também, nas condições previstas, um só agrário poderá ficar com 500 hectares de regadio que neste momento ocupam mais de 100 trabalhadores permanentes.

Além de permitir que os reservatórios expulsem e lancem no

desemprego os trabalhadores das UCPs e Cooperativas, o projecto Barreto, admitindo e até impulsionando o absentismo, vem acelerar o processo de desocupação da mão-de-obra. Assim, no art.º 35.º, prevê-se a expropriação dos prédios rústicos com área superior a 2 ha desde que estes se encontrem sem motivo justificado (qual poderá ser a justificação?) em subaproveitamento ou abandono há pelo menos cinco anos, prazo depois do qual é notificado o proprietário, dispondo ainda de um ano para «regularizar» a situação.

As incidências do desemprego e do consentimento do absentismo no volume da produção agrícola saltam à vista.

A quebra da produção agrícola constituiria mais uma ameaça de fome para todo o povo de Norte a Sul e um fardo para a economia nacional, na medida em que o recurso às importações não só iria agravar a dependência em relação ao imperialismo como, nas actuais condições de défice da balança comercial e da balança de pagamentos, se afigura completamente inimportável.

Que caminho resta aos trabalhadores rurais e aos pequenos e médios agricultores? Não a emigração para as cidades, não o abandono da sua terra natal a que os obrigou, durante anos, a camada parasitária de latifundiários exploradores. Como poderão uns e outros ser absorvidos pela indústria portuguesa onde grassa o desemprego? Não lhes resta sequer o recurso à emigração, para o estrangeiro, porque os países capitalistas debatem-se com uma situação de crise, que se reflecte estrondosamente na falta de trabalho.

A única resposta patriótica para os trabalhadores dos campos defenderem o seu direito ao trabalho e negarem a condenação à miséria com que lhes acena o Governo, é lutarem contra o Projecto de Lei Barreto!

É CONTRA O DIREITO DE PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS UCPs

O projecto Barreto visa destruir toda a possibilidade de participação dos trabalhadores na gestão das terras abrangidas pelas cooperativas que eles próprios criaram e desenvolveram. Assim, as Unidades que sobrevivessem a todo o conjunto de medidas de enfraquecimento da terra das explorações colectivas e de asfixia económica, ficariam sujeitas a um desaparecimento mais lento através da estreita fiscalização do MAP e da sua interferência coersiva na gestão e na administração das UCPs. (Art.º 73.º e 74.º).

Sufocando todas as formas de democracia interna das UCPs, o projecto ameaça as UCPs que não admite

o regime de cogestão com o Estado como único aceitável. Ou seja, o ministro Barreto pretende que os trabalhadores aceitem passivamente ser geridos numa empresa que nada teria de Unidade Colectiva, mas antes de empresa dirigida arbitrariamente por senhores do MAP.

Os trabalhadores que têm vindo a acumular uma experiência de gestão e de administração das UCPs, de resultados decisivos para o restabelecimento da economia nacional, não abdicarão do seu direito à participação nas explorações que organizaram, lutando contra o projecto de lei Barreto.



É a intensificação da actuação repressiva do MAP nos campos

TRABALHA PARA A ENTREGAR A QUEM A NÃO TRABALHA

Trabalhadores do Comércio vencem no Porto

GARANTIDA A SEMANA INGLESA

• Manifestação em Lisboa

Os trabalhadores do comércio e os pequenos comerciantes viram consagradas as suas reivindicações pela Câmara Municipal do Porto que aprovou um edital respeitante à semana-inglesa, ameaçada pelo decreto-lei 75/77, de 28 de Fevereiro findo. Este diploma previa a abertura dos estabelecimentos comerciais no período compreendido entre as 8 e as 22 horas, atribuindo às Câmaras poderes para publicar o respectivo edital.

Dispostos a não pactuar com atentados às suas conquistas, alcançadas após a Revolução de Abril e consagradas no contrato colectivo de trabalho, o qual prevê a semana das 44 horas e o encerramento do comércio às 13 horas de sábado, e ainda conscientes das graves consequências que adviriam para o pequeno comércio retalhista, caso triunfasse a tentativa de liquidação da semana-inglesa, os trabalhadores do comércio da capital do Norte desenvolveram uma intensa campanha de mobilização e denúncia, ao longo da qual se reforçou a unidade da classe.

a Associação e o Sindicato favorável à defesa da semana-inglesa.

MANIFESTAÇÃO EM LISBOA

Entretanto, em Lisboa, perante uma manifestação de milhares de trabalhadores, a Câmara Municipal não cedia. Um dirigente da Federação dos Sindicatos do Comércio declarou: «a nossa Federação quer aqui deixar expresso que o problema não diz apenas respeito aos trabalhadores do comércio de Lisboa. A luta tem sido da classe a nível nacional e, enquanto não for revogado o edital da Câmara de Lisboa, a luta continua para os 300 mil trabalhadores do comércio português».

Depois de frisar que «para o povo trabalhador a questão não se põe em termos de ter mais tempo para comprar e sim em termos de ter dinheiro para comprar», outro dirigente sindical acrescentaria que «a Câmara Municipal se envolveu, lamentavelmente, num conflito de trabalho que se irá prolongar, quando, na realidade, se devia ter mantido à margem dele».

A manifestação do dia 30 serviu para demonstrar que os direitos conquistados não podem ser retirados aos trabalhadores que recusam horários de exploração e se mantêm unidos na defesa dos horários actualmente em vigor, pelos quais a classe se bateu durante muitos anos e que só depois de Abril passaram a fazer parte dos contratos.

Num comunicado que antecedeu a manifestação, os Sindicatos reafirmam que «o alargamento dos horários só interessa ao grande comércio, às cadeias de supermercados, aos centros comerciais, aos monopólios internacionais que se pretendem instalar com armas e bagagens no nosso País».

Bem o demonstram, aliás, o facto de o edital ter sido aprovado — com a abstenção dos vereadores eleitos pela FEPU — a partir de uma proposta apresentada, como salienta o comunicado, «por uma comissão camarária presidida pelo sr. Pedro Feist, vereador membro do CDS, que, para além de ser o maior comerciante português no sector dos brinquedos, é ainda o presidente das Associações de Comerciantes do Sul».



Reunidas em plenário, as operárias da Algot, reclamam salários e garantia de emprego

«Algot»: 1200 trabalhadores em luta

O GOVERNO VAI CRUZAR OS BRAÇOS E CONSENTIR AS MANOBRAS DE UMA MULTINACIONAL SUECA?

Encontra-se seriamente ameaçado o futuro da maior empresa de vestuário do nosso País, a «Algot Internacional», em consequência de ter declarado falência, no passado dia 13 de Junho, a multinacional sueca «Algot Johansan», proprietária de 60 por cento do capital social da sua associada portuguesa, a quem deve actualmente cerca de 100 mil contos e havia encomendado mercadoria no valor de cerca de 150 mil contos.

Procurando assegurar os postos de trabalho dos 1200 trabalhadores da empresa, de quem dependem cerca de seis milhares de pessoas, dirigentes dos sindicatos ali representados contactos com responsáveis por vários departamentos governamentais, com a Banca, com a administração da empresa e com a embalagem e dirigentes sindicais suecos.

Durante uma conferência de imprensa, realizada na passada segunda-feira, no Porto, representantes dos sindicatos maioritários na «Algot Internacional», da USP-CGTP-IN e da Comissão Sindical forneceram aos jornalistas presentes uma informação detalhada das várias diligências efectuadas e apontaram as soluções que devem ser adoptadas para assegurar a continuidade daquela unidade industrial, que exporta anualmente

cerca de 320 mil contos de mercadorias.

No imediato, urge garantir um financiamento para pagamento dos salários em atraso, a entrega dos 150 mil contos de encomendas e a continuidade da laboração da empresa. A propósito, denunciaram a intenção do patrão Algot, que pretendia impor a paralisação imediata de cerca de 500 trabalhadores, o que também foi repudiado imediatamente pelos trabalhadores da empresa, reunidos em plenário, na manhã de segunda-feira. Esta tentativa de reduzir o número de trabalhadores tem sido apontada pelo patronato que, segundo revelou há tempos um elemento que lhe é afecto, «não quer que a empresa tenha tão grandes dimensões».

Neste contexto, é importante que o Governo defina uma atitude de modo a contrariar as manobras dos capitalistas suecos, que não só pretendem continuar a ditar leis, como também pretendem resolver as dificuldades da multinacional à custa da sua filial no nosso País. Durante uma reunião com o administrador da falência, que se deslocou expressamente a Portugal, isso foi claro, na medida em que, além de se ter apurado que a filial da «Algot» na Finlândia «não sofrera», aquele senhor afirmou-se «impossível o pagamento da dívida de 100 mil contos» e declarou «que os 150 mil contos não viriam para Portugal», tendo ordenado aos técnicos suecos que

trabalham nas Fontainhas que regressassem ao seu país e mostrou interesse em comprar a quota de 40 por cento pertencente à família Algot, condicionando a resolução dos vários problemas «à definição da propriedade».

Entretanto, representantes dos trabalhadores avistaram-se com um conselheiro da embalagem sueca em Lisboa, a quem apontaram como medidas prioritárias para a resolução do problema o pagamento da dívida de cem mil contos e a remessa imediata das encomendas, salientando, no decurso da audiência, «o facto de se estar perante um problema com tremendas implicações sociais, que, a não ser resolvido, criará dificuldades inevitáveis entre os Estados portugueses e suecos».

Importa, pois, que o Governo português tome uma atitude. Urge que o Ministério dos Negócios Estrangeiros resolva encerrar de frente a questão, conduza as negociações com o Governo sueco e deixe de apresentar como justificação para não comparecer nas reuniões (como sucedeu no passado dia 1) «não ter pessoas disponíveis» no Palácio das Necessidades.

Será que o Governo vai cruzar os braços perante as manobras de uma multinacional e permitir uma vez mais que os interesses do capital estrangeiro sejam soberanos no nosso País?

O regresso dos patrões

EMPRESAS DE PANIFICAÇÃO REQUEREM A ATENÇÃO DO GOVERNO

Sem qualquer apoio oficial, a Sociedade Panificadora do Campo Pequeno, a Padaria Roma e a Padaria Canadá continuam a ser geridas pelos seus trabalhadores depois de, por duas vezes, terem sido abandonadas pela entidade patronal.

Após a via do costume — má gestão, fraudes, sabotagem, recusa do pagamento de remunerações — essas empresas de panificação de Lisboa, que empregam cerca de 150 trabalhadores e pertencem à mesma família, estão novamente na mira dos patrões, apoiados pela política de recuperação capitalista do Governo e prontos a beneficiar da gestão eficiente dos trabalhadores organizados.

Entretanto, os órgãos governamentais competentes, que se recusaram a passar as credenciais da autogestão e a formalizar a intervenção nessas empresas, contribuem decisivamente para a instabilidade que nelas se vive, para a insegurança quanto ao futuro e, por via disso, para a divisão, que os patrões

foragidos e o Governo gostam de ver instalada entre os trabalhadores.

Dada a segurança que estes imprimiram à gestão dessas empresas, segurança essa reconhecida pelos próprios credores que neles depositaram confiança, grave erro seria que mais uma vez o Governo esquecesse o esforço a b n e g a d o dos trabalhadores, e a sua capacidade de recuperarem as empresas, para as entregar de mão beijada a quem tem pendentes processos-crimes por fraudes, a quem abandona os trabalhadores à sua sorte indo abrir empresas no estrangeiro, a quem, perante a necessidade de recuperar a economia nacional, só tem a ideia: a que passa directamente pelas suas algibeiras.

Os trabalhadores, ao encaramem um Governo que diz estar ao seu serviço, esperam ainda e uma vez mais que esse Governo lhes faça justiça e reconheça os seus direitos, contando com eles e com as provas dadas para a verdadeira recuperação económica de que o País necessita.

Empresas nacionalizadas

AS RESPONSABILIDADES DO GOVERNO

Num documento aprovado, no último sábado, durante um plenário das Comissões de Trabalhadores do Grupo CUF, no Barreiro, é manifestado o «repúdio pela forma como o Governo tem encarado a situação da Comissão de Reestruturação do denominado Grupo CUF (CRDGC), pretendendo esquecer que por ela é directamente responsável». Por se tornar cada vez mais necessário «proceder à reestruturação de todas as empresas cujo capital passou para as mãos do Estado», o documento salienta que a reestruturação da CUF «deve ser

enquadrada num âmbito nacional».

O Governo foi responsabilizado, «pela recusa sistemática do diálogo com os representantes dos trabalhadores na procura de soluções que sirvam as empresas». Designadamente, o documento repudia «a forma como o Governo pretendeu jogar com um falso diálogo com a CGTP-Intersindical Nacional no sentido de servir os seus próprios interesses». A necessidade da reabertura de um diálogo leal e construtivo com a Central única dos trabalhadores portugueses foi reafirmada pelas 23 empresas representadas no plenário.

DIFICULDADES DO SECTOR

Na Refinaria de Lisboa da Petrolgal, decorrerá, entretanto, um encontro de Comissões de Trabalhadores de empresas públicas e nacionalizadas.

Nas conclusões, apontam-se os seguintes aspectos das dificuldades actuais do sector nacionalizado.

— manutenção da óptica concorrencial, como é o caso da Banca, Marinha Mercante, Cervejas e Seguros;

— ausência de perspectiva global e consequente planificação, com consequências graves na Metalomecânica;

— limitações ao exercício do «controlo operário», de que são exemplos o que se passa na Petrolgal e na Banca;

— recusa ou demora no saneamento financeiro, como é o caso das Cervejas, Indústria Naval, Petrolgal e Metalomecânica;

— atrasos nas fusões, como nos Jornais, Seguros, Transportes Marítimos, Pesca e Banca.

As 17 CTs presentes (Siderurgia, IN-Casa da Moeda, Banco Espírito Santo, Tabaqueira, Cervejas (Vialonga), Cervejas (Loulé), Portucel (Viana do Castelo), Coordenadora Metalomecânica Pesada, Soc. Rep. de Navios, Bancos de Fomento Nacional, Banco da Agricultura, Comp. de Transportes Marítimos, CUF Portuense, Seguros União, Setenave, Diário Popular, Petrolgal) e ainda os representantes do secretariado da Cintura Industrial de Setúbal e da União dos Sindicatos de Lisboa referem ainda nas conclusões aprovadas que «as relações da banca nacionalizada com as outras empresas igualmente nacionalizadas se baseiam numa óptica especulativa com a aplicação de elevadas taxas de juro», enquanto por parte do Governo se verifica uma «atitude de desprezo relativamente às propostas de recuperação económica e de reestruturação apresentadas pelos trabalhadores». As CTs presentes manifestaram a defesa das nacionalizações e da reestruturação do sector não capitalista da nossa economia.

WISEU: RENDEIROS MOBILIZADOS EM DEFESA DA LEI DO ARRENDAMENTO

Fracassaram redondamente os planos das forças reaccionárias com o objectivo de impedir a jornada de confraternização realizada pelo MARN no passado domingo, na cidade de Viseu. A jornada não somente se realizou com a presença de milhares de homens e de mulheres que tiram das terras arrendadas o seu sustento, como constituiu uma manifestação impressionante de unidade e firmeza na defesa da Lei do Arrendamento Rural.

A Lei do Arrendamento Rural, sob a qual se agitam sérias ameaças de alteração propostas pelo Governo na sequência da sua política de temporização com os sectores de direita, para a multidão de rendeiros, de norte a sul do país, é considerada o 25 de Abril das suas vidas. Este o sentimento expresso nas diversas intervenções, no entusiasmo com que participaram os trabalhadores vindos de Vila da Feira, Montemor-o-Velho, Coimbra, Aveiro, Condeixa, Lousã, Tábua, Figueira da Foz, Fundão, Tortoense, Anadia, Lamego, Arouca e Oliveira e outras terras das Beiras.

«Estamos aqui para defender a nossa lei, para dizer não àqueles que querem que os agricultores continuem com a cabeça debaixo de água» declarou um rendeiro de Lamego, arrancando aplausos vibrantes à multidão de trabalhadores reunidos na Praça do Fontelo.

Como viria a afirmar mais tarde na sua intervenção um outro rendeiro, «as provocações

fascistas caminham lado a lado com os projectos de alteração à Lei do Arrendamento Rural apresentados pelo PPD/PSD e pelo MAP. Estão todos, no fundo interessados em evitar que nos unamos, que mostremos aquilo que queremos. E o que nós queremos é que a nossa Lei, a Lei do Arrendamento que já existe, seja cumprida. Não é preciso estarem a gastar a cabeça e a dizerem que defendem os nossos interesses. Os nossos interesses e os da economia nacional estão bem defendidos na Lei que já existe».

UNIDADE NA DEFESA DA LEI

Agricultores rendeiros de Taveiro apresentaram uma moção, que sintetizando a vontade de milhares e milhares de rendeiros, foi saudada com grande entusiasmo. Nela se exige o cumprimento do Decreto-Lei 201/75 de 15 de Abril e o funcionamento, em todos os concelhos do país, das Comissões Arbitrais, afirmando-se que os rendeiros «dizem não a qualquer alteração que venha pôr em causa as conquistas já alcançadas nomeadamente a redução do contrato a escrito, a fixação de rendas em dinheiro e a abolição da parceria agrícola». Na mesma moção, a enviar aos órgãos do poder, os rendeiros afirmam que mais de um terço das explorações do país são exploradas por rendeiros e que da sua segurança e estabilidade depende, em grande parte,

a produção agrícola nacional e a melhoria das condições de vida das gentes dos campos».

«Temos de estar unidos para defender esta nossa lei que o projecto Barreto e o PPD nos querem roubar, dando só segurança aos rendeiros que cultivam de dois hectares para cima. Isto não se pode aceitar!»

A este apelo de unidade feito por um rendeiro, elemento da Comissão Coordenadora do MARN, responderam em uníssono, as vozes dos milhares de trabalhadores rendeiros presentes em Viseu.

NOUTRAS LOCALIDADES

Não foi apenas em Viseu que correspondendo à convocação do MARN, os rendeiros viveram no passado domingo, jornadas de confraternização e de fortalecimento da firmeza na luta contra as alterações à Lei do Arrendamento Rural. Em diversas localidades nortenhas, domingo foi dia de discussão, de protesto contra as tentativas do Ministério da Agricultura e Pescas e o PPD que, em conjunto, pretendem impor uma lei de arrendamento que volte a encher os bolsos e as barrigas dos senhorios ricos à custa da fome dos rendeiros. Assim em Fafe na sede dos Bombeiros da Vila, na Casa do Povo de Vermelha, no Salão Nobre da Câmara do Marco, em Amarante e em Barcelos, rendeiros disseram inequivocamente «Não!» às pretendidas alterações à Lei do Arrendamento Rural.

Trabalho dos assalariados rurais

ENVIADO AO GOVERNO UM PROJECTO DE REGULAMENTAÇÃO

- É insustentável a situação dos assalariados agrícolas
- Sindicalistas reclamam o mínimo das regalias nacionais

A aplicação ao sector do salário mínimo de 4500 escudos a partir dos 18 anos é uma das bases aprovadas no 2.º Encontro do Sindicalismo Agrícola do Norte e Centro, que, no último domingo, decorreu no Porto. Outras regalias mínimas nacionais, como férias e respectivo subsídio, 13.º mês, horários, previdência e demais direitos, já contempladas pela legislação geral, fazem parte também das bases de uma Portaria de Regulamentação de Trabalho (PRT), a submeter aos órgãos governamentais competentes.

As retribuições mínimas constantes do projecto de PRT oscilam entre 2500 e 6000 escudos mensais — a primeira para indiferenciados e guardadores, dos 14 aos 16 anos, e a segunda para tractoristas, tratando-se, em ambos os casos, de assalariados

permanentes. Para os maiores de 18 anos, o mínimo será de 4500 escudos. Os eventuais, pagos ao dia, receberão 220\$00 (tractoristas) e entre 100 e 180 escudos (indiferenciados e guardadores).

Na proposta de PRT aprovada naquela Encontro, efectuado na sede da União dos Sindicatos do Porto, pelos representantes dos Sindicatos Agrícolas do Porto, Braga, Vila Real, Viseu, Coimbra e Castelo Branco, salienta-se que as leis do trabalho têm de constar de PRTs quando não existam representantes de ambas ou de uma das partes interessadas, como é o caso do sector em questão onde não há associações patronais.

Por outro lado, num documento a enviar ao primeiro-ministro, os sindicalistas protestam contra «o esquecimento e o desprezo a que

estão votados os assalariados agrícolas» e recordam ao dr. Mário Soares a sua promessa feita por altura da aprovação do Programa do Governo Socialista e segundo a qual «até 15 de Outubro do ano passado, sairia legislação para os trabalhadores da agricultura». No entanto, acrescenta o documento, «estamos em Julho de 1977 e nada foi publicado», enquanto o homem que trabalha no campo por conta de outrem, em regime permanente, continua a auferir um salário da ordem dos 3500 escudos mensais. Enviada ao Ministério do Trabalho, a PRT para os trabalhadores agrícolas do Norte e Centro destina-se a reconhecer, com realismo, os direitos mais elementares de uma numerosa camada de trabalhadores vítimas de uma injustiça de séculos e cuja miséria se agrava dia a dia com o aumento constante do custo de vida.

FESTA DA UNIDADE

Promovida pela Comissão Concelhia do PCP, decorreu no sábado uma festa de unidade que reuniu mais de 1500 pessoas das mais diversas opções políticas, no pavilhão da FAEC, na Covilhã.

A festa, além de uma

intervenção política do camarada José Bernardino, do CC, teve a participação do cantor Adrião Correia de Oliveira, ranchos folclóricos, bombos de Lavacinhos, fadistas locais e barracas de comens e bebes, num ambiente de grande alegria e unidade.

O ISOLAMENTO DO MAP

Recordemos que no passado dia 1, em Campo Maior, na UCP «Unidade Colectiva dos Trabalhadores», dois lagares foram retirados, pela força das armas, a pequenos e médios agricultores e a trabalhadores que até agora os exploravam. Em Campo Maior uma criança de sete anos ficou ferida em virtude de tiros disparados sobre a multidão da casa onde se encontravam os agrários Francisco Caldeira e José

A imagem do isolamento do MAP é dada ainda pela decisão do juiz da Comarca da Fronteira que, ouvindo os advogados dos trabalhadores detidos em Campo Maior, considerou ilegais as prisões, tendo os trabalhadores saído em liberdade sem caução. E como marca da diferença entre um acto profundamente atentatório dos direitos das massas populares e outro justo, note-se que, enquanto o ministro Barreto precisa de recorrer cada vez mais à intimidação pelas armas para fazer cumprir a sua «lei», o juiz da Comarca de Fronteira sugeriu a retirada do forte dispositivo policial que rodeava o tribunal de Elvas.



O camarada Dias Lourenço descerrando a lápide com o nome da nova escola

A ESCOLA CATARINA EUFÉMIA EM SOROW (NEUBRANDENBURGO)

Aqui nas vastas planuras verdejantes de Neubrandenburgo, entre as suas mil lagoas, uma nova vida se constrói. Os construtores, na sua imensa maioria, eram meninos ou não tinham nascido ainda quando os libertadores soviéticos arream do alto da Porta de

Brandenburgo, em Berlim, o estandarte esfarrapado e derrotado de Hitler e aí arvoraram a sua gloriosa bandeira vermelha, da cor do sangue dos seus heróis.

No passado, até à derrota dos exércitos hitlerianos e à criação subsequente da República Democrática Alemã,

o distrito de Neubrandenburgo era o grande feudo dos «junks» prussianos, dos grandes senhores do latifúndio que exploraram até à medula os camponeses alemães do nordeste. Estas paisagens paradisíacas foram oura o ninho do militarismo teutónico, o berço de loucos

aventureiros que albergaram e puseram em prática malogrados sonhos de hegemonia, e também de trabalhadores da terra que sonharam e conseguiram libertar-se da servidão dos «junks».

Hoje em Neubrandenburgo, como de resto em toda a RDA, homens, mulheres e jovens de todas as idades trazem estampadas no rosto a alegria e a determinação dos que cumprem uma tarefa superior e exaltante — a edificação de um estado socialista desenvolvido que fornecerá dentro de um curto prazo histórico a base material e técnico-científica da sociedade comunista.

Homens como Johannes Chemnitz, Gerard Muller, Fritz Dallman e outros da sua tempera, exprimem a qualidade dessa geração de construtores da nova Alemanha democrática, pacífica, profundamente solidária com todos os povos que lutam por uma sociedade mais justa e mais humana.

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Aliás, o espírito de solidariedade internacionalista do povo da RDA — neste caso, para com a luta do povo português e mais directamente com os heróicos obreiros da Reforma Agrária no Alentejo — exprimiu-se uma vez mais, no centro da vasta região das cooperativas agrícolas de Neubrandenburgo, na vila de Sorow, pela atribuição do nome de Catarina Eufémia, a heróica camponesa comunista de Balezão assassinada pelos fascistas, a uma Escola de 10 anos.

A Escola é um conjunto de edifícios de linhas simples, onde os jovens da região recebem uma preparação superior para a resolução das grandes tarefas que a construção de uma sociedade socialista desenvolvida coloca a todos os trabalhadores da RDA.

Situa-se numa região de grande produção agropecuária e sem dúvida a necessidade de especialistas de toda a ordem nos diversos sectores da produção, do ensino e da cultura, coloca exigências a que é preciso responder.

A cerimónia da atribuição do nome de Catarina Eufémia à Escola Superior de Sorow revestiu-se de um significado internacionalista tocante para o povo português em geral e para os trabalhadores alentejanos em particular.

Na presença de uma numerosa formação de pioneiros e de uma grande delegação da Juventude Comunista (FDJ), de alunos, professores e da Directora da Escola, que nesse mesmo dia receberia uma alta distinção na capital do distrito das mãos de Margot Honecker, ministro da Cultura da RDA, de Gerard Muller membro do Comité Central do PSUA (SED), e outros dirigentes políticos, sindicais e municipais da região, Dias Lourenço, da Comissão Política do CC do PCP, descerrou o singelo obelisco com o nome de Catarina Eufémia, tendo proferido algumas palavras alusivas ao significado do acto.

Como salientou Gerard Muller, um dirigente vinculado à terra, aos problemas e às gentes de Neubrandenburgo, a Escola Superior Catarina Eufémia, é uma afirmação de solidariedade activa dos trabalhadores libertos para sempre da exploração latifundiária no nordeste alemão para com os trabalhadores do Alentejo que hoje lutam com o mesmo heroísmo e determinação pela defesa da sua grande conquista democrática que é a Reforma Agrária.

Com a criação da Escola Catarina Eufémia sem dúvida novos laços se estabeleceram entre o povo da RDA e o povo lutador de Portugal.

2.º ANIVERSÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DA REPÚBLICA DE CABO VERDE

Após a realização de eleições para a escolha de 56 deputados à Assembleia Nacional, nascia em África, no dia 5 de Julho de 1975, um novo país de expressão portuguesa, saído de um longo período de luta e de resistência contra o domínio colonialista: a República de Cabo Verde

Com a conquista da independência, confirmou-se a justeza da orientação definida pelo saudoso camarada Amílcar Cabral, fundador do PAIGC: a unidade corresponde aos anseios profundos dos povos da

Guiné-Bissau e de Cabo Verde; a unidade é a única via capaz de conduzir à plena concretização das legítimas aspirações dos dois povos.

Poucos dias antes da proclamação da independência de Cabo Verde, o Conselho Superior de Luta do PAIGC divulgava um comunicado onde se salientava que o acesso do nosso povo de Cabo Verde à plena soberania interna e internacional é o coroamento dos esforços dos melhores filhos da nossa terra que, nas condições duras da luta armada e nas não menos difíceis da luta clandestina, não olharam a sacrifícios para levar a realização do alto ideal inspirado ao nosso povo por Amílcar Cabral e consagrado no Programa do nosso Partido.

A independência de Cabo Verde foi e é uma grande vitória dos ideais progressistas e libertadores da humanidade, uma grande vitória do PAIGC, o partido que encabeçou decididamente o processo de libertação da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, reforçando na luta comum os laços entre os dois povos.

Mas a independência de Cabo Verde foi e é, também,

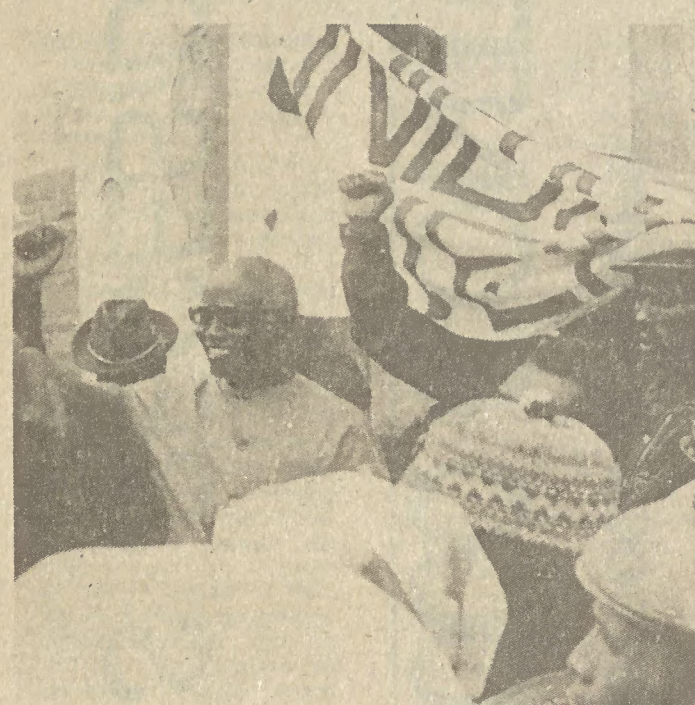
uma vitória do povo português e da Revolução Portuguesa.

Em Cabo Verde, as forças reaccionárias esforçaram-se por manter os moldes coloniais ou neocoloniais, perseguindo as actividades do PAIGC, tentando criar um clima que isolasse o único e legítimo movimento de libertação nacional, apoiando e fomentando as manobras de grupelhos alheios aos interesses do povo e do processo de independência — a UDC e a UPIC, organizações fantoches a soldo do imperialismo e da opressão.

O caminho da verdadeira libertação de Cabo Verde acompanhou, assim, de muito perto — o que, aliás, se verificou também nos outros países africanos sob dominação colonial portuguesa — o próprio processo de liquidação dos entraves ao desenvolvimento do processo democrático em Portugal.

Recorde-se a propósito que o caminho para o reconhecimento, por parte do nosso país, da independência de Cabo Verde começou, de uma forma mais determinante, após o 28 de Setembro.

Passados dois anos sobre



Camarada Aristides Pereira, secretário-geral do PAIGC

a data da sua independência, o povo de Cabo Verde, unido em torno dos ideais revolucionários apontados pelo grande dirigente Amílcar Cabral e confiante no futuro, continua a luta pela consoli-

dação das estruturas democráticas e pelo desenvolvimento económico do país — uma luta pacífica que é decisiva para a construção de uma sociedade justa, mais próspera e mais feliz.

SAUDAÇÃO DO PCP

Ao Conselho Superior de Luta do PAIGC, ao camarada Aristides Pereira, Presidente da República de Cabo Verde

Queridos camaradas:

Na passagem do segundo aniversário da independência de Cabo Verde, o Comité Central do PCP envia-vos calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

Solidários com o PAIGC e o povo de Cabo Verde, desejamo-vos, queridos camaradas, os maiores êxitos na luta contra as sequelas do colonialismo, pela consolidação da independência nacional e pelo progresso social.

Por esta ocasião reafirmamos os nossos sinceros votos de que continuem a reforçar-se os fraternais laços de amizade e solidariedade recíproca existentes entre os nossos dois partidos e se desenvolvam as relações de cooperação entre Portugal e a República de Cabo Verde, no interesse mútuo dos nossos dois povos.

O Comité Central do Partido Comunista Português

AS COMEMORAÇÕES DO 5 DE JULHO NO NOSSO PAÍS

Duas sessões públicas realizadas no Porto e em Lisboa, nas quais participaram centenas de pessoas, assinalaram no nosso País o segundo aniversário da proclamação da independência da República de Cabo Verde.

A sessão na capital norte-nordeste, que decorreu no passado domingo na Cooperativa do Povo Português, foi promovida pelo Grupo Pró-Associação de Cabo-verdianos e Guineenses, Associação Portugal-Mocambique e Comissão de Paz do Porto.

Depois de terem sido escutados vários poemas e canções populares interpretadas por um grupo coral de cabo-verdianos residentes naquela cidade, foram chamados para a mesa o embaixador da República de Cabo Verde no nosso País, camarada Corsino Fortes; o prof. Oscar Lopes; Luís Alves da Associação Portugal-Mocambique; Vitor Patrício, da Comissão de Paz do Porto do CPPC; Ricardo Fonseca, do Grupo Pró-Associação de Cabo-verdianos e Guineenses; e Venceslau Miguel, militante do MPLA.

A última intervenção coube ao camarada Corsino Fortes que, a dada altura, manifestou o desejo de que as cicatrizes de ontem se

transformem nas sementes de hoje para serem a floresta do amanhã. A jornada terminou com a projecção do filme «A Herança de Cabral».

Na sessão efectuada na Voz do Operário, em Lisboa, repetiu-se o mesmo ambiente de solidariedade militante para com o povo de Cabo Verde, e a sua vanguarda revolucionária, o PAIGC.

MOITA: UM EXEMPLO DE ADMINISTRAÇÃO DEMOCRÁTICA

Falar do funcionamento dos órgãos de poder local no concelho da Moita significa, antes de mais, dar um exemplo claro do que os comunistas e seus aliados entendem por poder local e administração democrática.

Tanto na Câmara Municipal como na Assembleia Municipal da Moita a FEPU detém a maioria absoluta. O que, ao contrário do que sucede em muitas outras autarquias onde outras forças políticas se encontram na mesma situação, não conduz a um procedimento sectário e de constante marginalização dos restantes elementos.

No concelho da Moita as autarquias trabalham em íntima ligação com as populações, representadas em diversas comissões de trabalho através das respectivas comissões de moradores. É o caso, por exemplo, do Grupo de Apoio à Comissão Permanente da Assembleia Municipal para o Planeamento, Habitação, Urbanismo e Ambiente, de que fazem parte: 1 elemento da Junta; 1 da A. Municipal; 1 do secretariado da Comissão de Moradores; 1 pequeno agricultor; dois vereadores da Câmara e vários técnicos.

Para além da participação nos diferentes Grupos de Apoio aos diversos pelouros, importa ainda salientar que as Comissões de Moradores reúnem normalmente uma vez por semana conjuntamente com todos os órgãos autárquicos do concelho.

O trabalho unitário desenvolvido e a efectiva participação das populações produziu já bastantes resultados concretos, malgrado todas as dificuldades que a falta de legislação e autonomia financeira colocam aos órgãos de poder local.

Assim, num concelho com 50 mil habitantes — o segundo do país em construção social — em que o Município não possui técnicos nem o número de quadros de que necessita, os órgãos autárquicos conseguiram já resolver uma série de problemas que afectavam a população. E conseguiram-no porque tra-

balham em conjunto com essa mesma população.

Citaremos apenas alguns exemplos. Quando da feitura do plano para a electrificação do concelho, a população foi ouvida sobre os locais por onde deviam passar os ramais, continuando a acompanhar os trabalhos, a fiscalizá-los, a velar para que os seus interesses sejam defendidos. Como as finanças locais não são propriamente as ideais, muito longe disso, há mesmo casos de localidades onde os moradores se cotizaram entre si, pagando quase na totalidade os trabalhos de montagem.

Em Alhos Vedros, na Baixa da Banheira e em quase todas as localidades do concelho, as Comissões de Moradores apoiadas pelos órgãos de poder local construíram parques infantis dotados de bibliotecas.

Outro tanto aconteceu em Arroteias, onde se construiu uma magnífica Escola Primária, com duas salas de aulas; se arranjaram caminhos; se construiu um chafariz para água potável, estando agora a população a cotizar-se para a montagem de água canalizada.

A entrega de um caderno reivindicativo das aspirações

das populações feita recentemente à Câmara Municipal constitui mais um exemplo da importância da participação popular, pois o objectivo de tal iniciativa é contribuir para um melhor planeamento da actividade dos órgãos autárquicos.

Perante este pequeno exemplo de administração democrática não podemos deixar de recordar os métodos presidencialistas utilizados pelas forças de direita e mesmo pelo próprio PS, que pretendem que todo o poder executivo e decisão fique nas mãos de uma só pessoa, o presidente da Câmara (à moda antiga), fazendo dos restantes elementos eleitos simples figuras decorativas, sem qualquer respeito pelas populações que os elegeram nem pelos métodos democráticos que tanto disseram defender.

Afinal quem é democrata? Os que não convocam as Assembleias Municipais, os que votam contra a participação das populações nessas Assembleias, os que querem voltar ao tempo do caciquismo e dos favoritismos, ou os que, como na Moita, trabalham intimamente ligados com as populações na defesa dos interesses da colectividade?

GONELHA É PRESIDENTE MAS NÃO EXERCE...

A Assembleia Municipal de Setúbal não reúne desde o passado mês de Fevereiro. Porquê?

Porque o sr. Gonelha, presidente daquela Assembleia Municipal, ministro do Trabalho e dirigente do PS, não está interessado. Com efeito, o sr. Gonelha, depois de ter tomado posse com atraso, nunca mais se dignou convocar o referido órgão de Poder Local, mantendo-se surdo a todas as tentativas feitas pela FEPU para que a Assembleia Municipal comece a funcionar normalmente, como está estabelecido na lei.

Para além de ser grave um dirigente do PS e membro do Governo não assumir as responsabilidades de um cargo para que foi eleito por vontade popular, saliente-se o facto de existirem neste momento já alguns problemas suspensos na Câmara que não podem ser resolvidos sem a aprovação da Assembleia Municipal. O que, como não pode deixar de ser, está a afectar a população.

Afinal como é, sr. Gonelha? De que tem medo?

COMUNICADO DA FEPU

- É necessário garantir a completa institucionalização do novo sistema de administração local democrático previsto na Constituição.
- É necessário reformular completamente o regime de finanças locais.
- É necessária a rápida instituição das Regiões Administrativas previstas na Constituição, com a consequente realização de eleições para as respectivas Assembleias Regionais.

1. Estão a completar-se seis meses sobre a tomada de posse dos membros dos órgãos de poder local, eleitos a 12 de Dezembro de 1976.

A Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da FRENTE ELEITORAL POVO UNIDO saúda os eleitos, as organizações populares de base territorial, as populações dos municípios e freguesias, os activistas das organizações locais da FEPU que participaram no processo de efectivação prática do novo sistema de administração local democrática que a Constituição consagra. O reforço da unidade dos democratas, com e sem partido, em torno dos problemas concretos de cada local, continua a revelar-se como a via mais adequada para superar as pesadas carências herdadas do fascismo.

2. A Comissão Coordenadora considera oportuno reafirmar a necessidade de garantir a completa institucionalização do novo sistema de administração local democrático previsto na Constituição. No imediato, impõe-se a rápida aprovação da lei sobre funcionamento e competências dos órgãos de poder local. Para cumprir a Constituição, essa lei deverá estabelecer o sistema da representação proporcional na eleição dos órgãos de poder local, incluindo a eleição das Câmaras Municipais; conferir um carácter efectivamente deliberativo às Assembleias Municipais e de Freguesia; assegurar a colegialidade de funcionamento das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia; garantir a existência de um número de vereadores a tempo permanente que permita aos eleitos assumir a efectiva gestão municipal; institucionalizar os Conselhos Municipais e as Assembleias deliberativas distritais.

A rápida aprovação de uma lei com tal conteúdo é uma exigência democrática à qual a Comissão Coordenadora reafirma o seu completo apoio.

No entanto, e mesmo antes da promulgação da lei das competências, as Assembleias Municipais e de Freguesia deverão funcionar regularmente, aprovando o seu regimento, fiscalizando a actividade dos executivos e pronunciando-se sobre os aspectos mais importantes da vida das respectivas autarquias locais.

3. A distribuição de verbas aos municípios em 1977 fez ressaltar, uma vez mais, a necessidade de completa reformulação do regime de finanças locais. O Governo estava obrigado pelo artigo 4.º da Lei n.º 11/76 da Assembleia da República a distribuir os subsídios e comparticipações não de forma arbitrária e casuística como acontecia no passado, mas antes segundo um plano que deveria ser elaborado com a participação das próprias autarquias e publicado até 31 de Março de 1977. No entanto, o atraso de mais de um mês com que o Governo publicou o plano de distribuição dessas verbas (Decreto-Lei n.º 168-A/77); a ilegal não inclusão no plano de avultadas verbas, nomeadamente do Ministério da Habitação; a consequente manutenção da possibilidade de arbitrio e discriminações na distribuição de verbas aos municípios; a ausência de participação das autarquias na elaboração do Plano, demonstram bem a necessidade de completa revisão do regime actualmente em vigor.

Ao novo regime de finanças locais que à Assembleia da República compete aprovar, caberá impedir a eventualidade de distribuição arbitrária de verbas pelo poder central; assegurar a justa repartição de receitas entre o poder central e as autarquias locais; corrigir os desequilíbrios entre autarquias do mesmo grau; garantir a cada autarquia os recursos necessários para cumprir as tarefas que lhe caberão de acordo com a lei e o Plano a que se refere o artigo 91.º e seguintes da Constituição; assegurar a participação das autarquias no processo de determinação dos seus próprios recursos financeiros bem como o conhecimento antecipado do montante da tais recursos de forma a garantir a possibilidade de planeamento das suas actividades.

4. A Comissão Coordenadora julga oportuno recordar a necessidade da rápida instituição das Regiões Administrativas previstas na Constituição, com a consequente realização de eleições para as respectivas Assembleias Regionais. Essa instituição é um imperativo constitucional que é urgente pôr em prática e é uma condição para que seja possível a reorganização da Administração Pública, garantindo a descentralização e desconcentração dos serviços; a elaboração e cumprimento do Plano; a efectivação de um novo regime democrático e eficaz de finanças locais.

Ao pronunciar-se a favor da criação das Regiões Administrativas e da consequente realização de eleições, a Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da FRENTE ELEITORAL POVO UNIDO está certa de que tal posição contribuirá para a defesa da unidade nacional, para a completa institucionalização do novo regime democrático que a Constituição prevê, para o reforço da participação das populações na gestão dos assuntos públicos e para a unidade do povo em defesa das conquistas revolucionárias que a Constituição consagra.

Lisboa, 28 de Junho de 1977

A Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da Frente Eleitoral Povo Unido

ATÉ 24 DE JULHO



Porque a recolha de fundos para o Partido é uma tarefa permanente!

	COMISSÃO COORDENADORA CENTRAL	«AVANTE!»	OR AÇORES	OR ALENTEJO	OR ALGARVE	OR BEIRAS	OR LISBOA	OR MADEIRA	OR NORTE	OR OESTE E RIBATEJO	OR SETÚBAL	EMIGRAÇÃO	UEC	UJC	TOTAIS POR NATUREZAS
AUTOCOLANTES	5 992\$00	—\$—	555\$00	28 177\$50	8 661\$20	11 023\$50	264 602\$00	3 521\$00	23 838\$70	12 925\$10	65 483\$40	10 340\$80	26 958\$50	7 997\$50	470 076\$20
COUPONS	1 002 250\$00	47 500\$00	9 900\$00	246 910\$00	222 300\$00	543 430\$00	4 185 662\$50	17 200\$00	996 730\$40	307 170\$00	1 435 180\$00	321 062\$90	216 659\$00	103 337\$50	9 655 292\$30
DIAS DE SALÁRIO	156 071\$10	—\$—	3 080\$00	556 777\$80	45 690\$50	125 502\$30	2 571 917\$70	5 135\$00	103 963\$70	491 884\$70	531 382\$10	126 647\$40	41 706\$30	19 687\$70	4 779 446\$30
FESTAS – – ESPECTÁCULOS	8 559\$00	—\$—	—\$—	1 053 337\$40	72 911\$90	143 474\$00	2 063 062\$10	—\$—	683 389\$00	414 721\$60	1 312 115\$60	357 589\$00	29 493\$10	28 860\$30	6 167 513\$00
INICIATIVAS DIVERSAS	—\$—	—\$—	1 907\$00	122 294\$60	74 230\$50	42 515\$50	721 481\$80	—\$—	21 188\$90	263 325\$40	567 535\$60	38 970\$30	15 447\$20	45 499\$60	1 914 396\$40
LEILÕES	196 043\$10	—\$—	—\$—	80 150\$20	44 310\$80	2 650\$00	330 493\$10	—\$—	161 147\$50	27 036\$50	293 824\$00	16 757\$40	—\$—	2 457\$50	1 154 870\$10
LISTAS	633 352\$00	103 810\$00	22 798\$20	619 513\$30	293 390\$10	984 911\$20	6 952 237\$20	45 798\$80	1 740 279\$70	1 318 742\$30	3 535 011\$20	652 553\$80	54 145\$60	33 279\$60	16 989 823\$00
MEALHEIROS	10 475\$90	—\$—	—\$—	28 143\$50	8 399\$50	6 257\$90	56 155\$90	—\$—	583\$80	29 570\$90	100 062\$60	—\$—	1 062\$50	—\$—	240 712\$50
PORTA-A-PORTA E COLECTA NAS RUAS	—\$—	—\$—	—\$—	140 423\$30	3 989\$30	—\$—	179 870\$60	—\$—	7 638\$00	240 116\$30	418 603\$80	—\$—	1 485\$80	2 710\$00	994 837\$10
RUBRICAS	7 390 458\$00	1 314 264\$40	24 973\$50	294 089\$20	166 256\$60	159 320\$50	2 402 195\$70	—\$—	1 830 920\$10	343 577\$20	964 577\$50	2 437 013\$45	338 412\$90	236 026\$40	17 902 085\$45
SORTEIOS	8 535\$00	—\$—	—\$—	149 001\$70	95 550\$60	62 667\$50	2 319 450\$80	—\$—	307 527\$50	337 969\$30	783 445\$40	38 334\$40	28 853\$50	74 254\$10	4 205 589\$80
VENDAS	79 627\$00	20 300\$00	—\$—	96 642\$20	33 404\$00	35 433\$50	861 025\$20	—\$—	88 394\$40	149 362\$50	199 602\$00	103 697\$80	133 132\$10	26 786\$50	1 827 407\$20
POR CLASSIFICAR (!)	—\$—	—\$—	—\$—	11 598\$40	—\$—	67 410\$60	201 273\$50	—\$—	198 327\$70	2 000\$00	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—	480 610\$20
TOTAIS POR SECTORES	9 491 363\$10	1 485 874\$40	63 213\$70	3 427 059\$10	1 069 095\$00	2 184 596\$50	23 109 428\$10	71 654\$80	6 163 929\$40	3 938 401\$80	10 206 823\$20	4 102 967\$25	887 356\$50	580 896\$70	66 782 659\$55

Nota (1) – Refere-se às quantias recebidas já entradas das quais a CCC à data não tinha recebido das organizações do Partido as respectivas «Notas de entrega».

SEMANA INTERNACIONAL

ISRAEL: AS PROVOCAÇÕES SOBEM DE TOM

As agressões e provocações de Israel contra os povos árabes — que nunca foram suspensas — têm vindo a agravar-se após a posse do novo governo terrorista de Israel.

Por um lado crescem de intensidade e de frequência as violações do espaço aéreo egípcio, atingindo níveis que tornam a confrontação directa quase inevitável. Por outro, o sul do Líbano ressurgiu como alvo preferencial dos esforços sionistas para fechar o caminho a uma justa solução negociada, e impor novas ocupações territoriais pela força das armas. Acontece que os seus esforços não têm sido bem sucedidos. A invasão de aldeias, o assassinato de camponeses, o incêndio de colheitas, é um saldo trágico para o povo libanês, mas, por outro lado, não se têm concretizado quaisquer avanços das forças de direita libanesas, apoiadas e de facto coordenadas por Israel. A aldeia de Yarin, momentaneamente ocupada, foi imediatamente libertada pelas forças de esquerda libanesas e palestinas. A direita libanesa e israel, aliados, não conseguiram progredir um passo sobre território libanês.

Estes são factos concretos e muito positivos, que atestam da força e da determinação da esquerda no Líbano em não ceder terreno ao sionismo e à direita libanesa sua aliada, que assim mais uma vez prova ser apátrida. Mas que evidenciam, por outro lado, as intenções da camarilha terrorista que hoje governa Israel, de tentar concretizar os seus intentos expressos de ocupação territorial, dentro da sua provocatória teoria do «grande Israel». Aliás, o aviso de intervenção no sul do Líbano, caso a presença palestina «aumente nessa região», é já por si uma ameaça profundamente provocatória.

O novo governo de Israel, de forma mais ostensiva e acentuada que o anterior, está apostado numa política de guerra e agressão. Provam-no não só as declarações e a prática de ataques armados, como o próprio clima instaurado no interior do país, activando a violência religiosa contra os judeus não praticantes, cerca de 80 por cento da população, no claro intuito de os sujeitar a uma mais directa influência dos caciques religiosos reacçãoários, cujo poder saiu reforçado com estas últimas eleições. Entretanto, esta acentuação da repressão interna, assim orientada contra as massas judaicas, pode vir a constituir um entrave sério à acção de Begin e C., pela restrição da sua base social de apoio interno.

A nível internacional, são diversificados os tipos de reacção à perspectiva de nova escalada na tensão que caracteriza o Médio Oriente. Mas um facto se salienta: a dificuldade de um apoio claro e ostensivo da política belicista do novo governo israelita. Não é por acaso que a CEE — apesar da nebulosidade das declarações no que respeita à forma geográfica da nova pátria palestina — reitera o seu apoio à resolução de Novembro de 1967 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que pede a retirada israelita de territórios árabes ocupados. Não é por acaso que a Casa Branca, embora por caminhos ambíguos, afirme também a necessidade de retirada das forças israelitas de territórios ocupados. É que hoje é extremamente difícil apoiar uma posição diferente.

Tais apoios surgem de uma forma indirecta. Surgem de Washington, concretizados em novos envios de armas. Surgem de Pequim, com a propalação dos habituais ataques anti-soviéticos. Desta vez falam de «conspiração soviética» contra os árabes, num momento em que os povos do Médio Oriente mais necessitam do apoio seguro do mundo socialista. Surgem até no Egipto, com novos ataques aos comunistas e às forças progressistas, ataques que só podem enfraquecer a capacidade árabe de resistência às intenções e à prática belicista de Israel.

Em recente entrevista em Belrute, o presidente sírio Hafez Assad referiu a necessidade de os árabes fazerem um grande esforço de unidade, contra o perigo de uma nova guerra promovida por Israel. Trata-se de uma necessidade imprescindível. Que a reacção tentará manipular. E que só contra as forças reacçãoárias poderá vir a ser concretizada.



OUA: O CONFRONTO NECESSÁRIO

A Conferência da OUA reflectiu numa forma bastante nítida os problemas centrais que hoje se fazem sentir em África, a correlação de forças existentes, a tática utilizada pelo imperialismo neste continente.

Numa única questão foi possível um acordo total: a necessidade de acabar com os regimes racistas na

África Austral. E isso, não porque na realidade o acordo seja tão perfeito, mas por os tomar hoje impossível a defesa ostensiva da prática criminosa do apartheid. Mesmo os Estados Unidos — profundamente interessados na manutenção de governos minoritários brancos, fiéis defensores dos interesses do

grande capital, e que por seu lado conduzem, no país, uma política abertamente racista — se pronunciam por uma solução diferente, que dizem democrática, mas de que mal conseguem esconder o cunho neocolonialista.

As dificuldades encontradas no debate no seio da OUA deixam mais clara uma realidade evidente: a África não é um continente à parte, insensível à luta de classes, unido por uma perspectiva comum. Antes constitui hoje, um dos centros dessa batalha de classes.

Ào lado de um sólido núcleo de países progressistas, insistidamente atacados, sob as mais diversas formas, pela reacção interna e externa, apoiada e fomentada pelo imperialismo, há um outro grupo de países que ainda não se libertou do ferrete do neocolonialismo, e cujos dirigentes, naturalmente, defendem e submetem-se às exigências do capital internacional. Estes são aliás pontos de apoio importantes, que o imperialismo utiliza contra as forças e governos progressistas africanos.

O decisivo reforço do núcleo de países progressistas, com a libertação e o processo revolucionário que se desenvolve em Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, ao abrir novas possibilidades de luta aos movimentos de libertação, radicalizou a batalha que se desenvolve em África, ultrapassando a fase de luta anticolonialista, e avançando no caminho do alargamento da área progressista no continente.

Face à nova situação criada, o imperialismo diversificou e alterou a sua tática. A arma da provocação e da agressão militar tem sido (e continua a sê-lo) profusamente utilizada, como o demonstram os casos de Angola, Moçambique e Benin, para já não falarmos das recentes provocações fronteiriças do Sudão contra a Etiópia. É também particularmente usada a provocação interna, manipulando e alimentando, quer falsos movimentos libertadores, quer movimentos divisionistas organizados contra governos progressistas. Angola é disso um exemplo flagrante. Mas também se pode destacar, no caso da Rodésia, os esforços para ensalar um verdadeiro «pacto de rendição» com Abel Muzorewa e Nkomo.

Situação, que há muito optaram por uma pseudo-solução oportunista. Paralelamente orientam-se esforços para a constituição de alianças contra os interesses dos povos africanos e árabes, como é o caso da criação de uma aliança militar e política, entre o Sudão e a Arábia Saudita, para controlo do Mar Vermelho. Desenvolvem-se manobras envolventes para mudar a fachada, mantendo o fundo intacto, na África Austral.

A despeito das múltiplas e perigosas manobras do imperialismo, os factos demonstram que é decisivo o impulso rumo ao futuro. Não é por acaso que, na reunião da OUA, o bloco de países sujeitos à influência imperialista, se tenha esforçado por ocultar tal ligação com o capital, lançando-se entretanto no ataque aos países com processos orientados para o socialismo, aos países socialistas, à União Soviética.

Por outro lado é significativo que, na Rodésia, o presidente do partido racista no poder anuncie a sua demissão. É significativa a crescente emigração de brancos para outras zonas do mundo.

O futuro de África escapa das mãos do imperialismo.

JUGOSLÁVIA: HÁ 36 ANOS A BATALHA DECISIVA CONTRA O JUGO NAZI

Há 36 anos os povos da Jugoslávia ergueram-se contra o jugo nazi. Este movimento revolucionário, conduzido pelos comunistas, mas que reunia centenas de milhares de homens temperados pela guerrilha, e gozava do mais amplo apoio popular, não representou só a expulsão do invasor estrangeiro, a liquidação do poder nazi, mas também um avanço decisivo rumo a uma sociedade mais justa e progressista.

O movimento libertador do povo jugoslavo culminava numa acção sistemática contra os invasores, numa permanente acção de desgaste contra as tropas nazis, paralela a uma actividade de consciencialização popular.

O levantamento contra o nazismo na Jugoslávia,

insere-se num movimento geral dos povos europeus contra o domínio de Hitler — tendo entretanto adquirido, neste país, uma envergadura notável, que não foi possível entre outros povos. Tal como por toda a Europa, está intimamente ligado às vitórias do povo soviético contra o invasor nazi, ao recuo das tropas de Hitler, empurradas pelo Exército Vermelho até Berlim.

O impulso que, há 36 anos, uniu todos os povos da Jugoslávia contra um inimigo comum, e os levou a abrir os caminhos do socialismo, criou uma situação nova no país, consolidou uma consciência nacional e uma consciência política determinantes para as novas tarefas de construção, para a nova fisionomia da Jugoslávia.



persuadir e indicar o caminho.

Não vale a pena prender-mo-nos de momento com a arrogância imperialista desta declaração. Importa só destacar um pormenor. Isto foi dito em fins de Maio — no dia 22. Estamos no início de Julho. Neste curto espaço de tempo é já fácil apreciar o que significa inspirar, persuadir, indicar o caminho, para a administração Carter. Significa, para além do sistemático trabalho provocatório contra o socialismo, cortar as hipóteses de créditos a países progressistas, de onde já muitos lucros foram arrancados, quando não terras e vidas destruídas, por determinação de Washington, como é o caso do Vietnam. Significa fornecer armas a países reacçãoários e fascistas e, beatificamente, em nome até da não ingerência nos negócios internos dos outros países (que todos

sabemos ser profusamente praticada), prosseguir com os envios de armas para Israel, que entretanto se prepara ostensivamente para a guerra. Significa a chantagem económica e a guerra ideológica entendida como a proliferação acelerada da calúnia.

O mundo dispensa bem tais esforços para inspirar, persuadir, indicar caminhos, por parte da Casa Branca.

Revista de Administração Democrática

PODER LOCAL

à venda o Nº1

PROMESSAS E DIVISIONISMO NO ARSENAL DA DIREITA E DO IMPERIALISMO

A revista norte-americana para uso do capital e propaganda dos seus pretensos «éxitos», «Fortune», numa «análise» em que realidade e «ciência» não conseguem ter o mais pequeno ponto de coincidência, debruça-se sobre as perspectivas da economia norte-americana e descobre-as radiosas. Dentro de 18 meses, em finais de 78 — afirma-se — a economia americana estará completamente recuperada. A recessão não passará de um passado longínquo, sonho mau desvanecido pela possante «vitalidade» do capitalismo, será um facto o pleno uso da capacidade industrial. Entraremos na era da abundância — diz-se — «reentremos», mas parece que os trabalhadores nunca se aperceberam muito bem da sua existência.

E a «Fortune» promete ainda mais. Promete o pleno emprego. Que como se sabe não existe em nenhum país capitalista. Que como se sabe é uma característica do socialismo. Enfim, uma afirmação a mais, ou uma a menos, não custa nada. O que importa é alimentar a esperança no rejuvenescimento de um sistema que vai morrendo. É fazer crer que não são necessárias mudanças. É evitar que se enraíze e organize a consciência de massas que abre

os caminhos da revolução.

A imprensa pluralista deu a devida cobertura, em tom sério, a esta famosa «profecia».

Mas nem só pelas Américas parecem soprar os ventos «favoráveis» aos desígnios do capital. Também por França — e segundo o que entende a «France Press» — o sr. Giscard d'Estaing pode estar descansado. São mesmo escusadas as enfadonhas repetições dos planos Barre, que têm como único mérito, não muito apreciado pela chamada maioria, de mobilizar amplas massas de trabalhadores contra o actual governo. Pois agora a chamada maioria governamental, que as últimas eleições já provaram não o ser, parece querer entender-se, no meio de múltiplos desentendimentos, para conseguir obter uma mais apreciável soma de votos nas eleições de Março. Ou seja, a direita une esforços face a uma situação particularmente difícil. O que é natural. A «France Press» entusiasma-se com tais tentativas de unidade. E no seu entusiasmo avança novas conjecturas, faz realidade do velho sonho da reacção de unir a direita e dividir a esquerda. Assim, aponta como insustentáveis diferenças de opinião normais numa aliança (ou a aliança não teria qualquer

significado). Fala de renhida polémica entre o PSF e o PCF, cuja plataforma de unidade muito tem reforçado as posições da esquerda, unindo à sua volta as mais amplas massas de trabalhadores. Erros de perspectiva ou de tática, posições direitistas por parte dos socialistas, podem impedir ou levar à ruptura da necessária unidade entre forças de esquerda. Mas mesmo quando tal hipótese não está na ordem do dia ou sequer se levanta no horizonte, a direita avança com as suas próprias conjecturas. A «France Press» exemplifica-o. Tal como a nossa imprensa pluralista, que gostosamente lhe dá cobertura.

Citamos dois exemplos entre muitos. Aparentemente desconexos. Mas que demonstram e se inserem no grande esforço desenvolvido pela direita, a nível mundial e nacional, de mistificação dos factos. O esforço de apresentar o capital unido e colhendo éxitos inexistentes. E os trabalhadores e forças de esquerda, divididos, batendo-se numa luta sem razão por objectivos que dizem serem também alcançados na sociedade capitalista, e por iniciativa ou lógica interna do próprio capital. O esforço de retirar à vida as perspectivas de futuro.

REFORÇAR A SOLIDARIEDADE AO POVO DIVIDIDO DA COREIA!

A Coreia dividida, parcialmente ocupada por tropas norte-americanas, que com frequência desenvolvem provocações fronteiriças na linha que separa o Norte, e apoiam com o seu peso militar o regime fascista do Sul — é uma das zonas do mundo onde o imperialismo consegue ainda manter, com o seu domínio, um foco de guerra.

Realizou-se há dias, no nosso país, e com a presença de uma delegação da República Democrática e Popular da Coreia, uma conferência de imprensa organizada pelo Comité Português para a Reunificação da Coreia — em que foi focado esse candente problema mundial e vinculada a necessidade de reforço da solidariedade internacional para com o povo da Coreia. A necessidade de paz, a suspensão das manobras provocatórias, a retirada das tropas norte-americanas, o fim da repressão fascista no Sul — foram aspectos destacados como essenciais para a reunificação do país — grande e justa aspiração de todo o povo coreano, impedida de se realizar pelo imperialismo.

A Coreia é um dos exemplos típicos de que as promessas eleitorais no mundo capitalista, por parte dos seus dirigentes burgueses, não são para cumprir.

Na sua campanha eleitoral, Carter fez muitas promessas. Entre elas a da retirada das tropas norte-americanas da

Coreia do Sul, a sua oposição a regimes em que são espezinhados os direitos do homem. Desta segunda promessa já muito sabemos do saldo: a calúnia sistemática contra o socialismo. Quanto à Coreia do Sul, onde impera um violento regime fascista, os apoios mantêm-se. No que respeita à retirada de tropas, ainda não se deu um único passo neste sentido. Mais, tais promessas vão sendo agora formuladas de forma bem diversa, até serem esvasiadas de todo o conteúdo. Actualmente fala-se em Washington de evacuação gradual, daqui a quatro ou cinco anos, o que significa que a tão falada evacuação está adiada para o fim do mandato de Carter, que a prometeu em véspera de eleições... Diz-se, por outro lado, que a evacuação não será total, mantendo-se a força aérea. Afirma-se ainda que a retirada não terá lugar sem o consentimento do governo fascista sul-coreano e do governo japonês, que sempre manifestou hostilidade a tal perspectiva, com o absurdo argumento de segurança de fronteiras. Mais ainda: as tropas dos EUA e o exército-fantoches da Coreia do Sul prosseguem as suas manobras militares conjuntas, mesmo manobras de envergadura e exercícios de bombardeamento aéreo.

Entretanto, na Coreia dividida, aprofunda-se o fosso de desenvolvimentos antagónicos. No Sul o regime fascista refina métodos terroristas de repressão e tortura. No Norte,

prossegue-se o desenvolvimento da base económica da sociedade, presta-se particular atenção à formação e educação da infância e da juventude.

Em Agosto de 75, mais de um ano antes do seu termo, a República Democrática e Popular da Coreia cumpriu o seu plano de 6 anos no que respeita ao valor global da produção industrial. No que respeita ao aço e ao cimento, os objectivos foram atingidos no ano seguinte. No campo da educação também foram alcançados éxitos: quase metade da população do país vive e instrui-se às custas do Estado (desde a creche aos vários graus de ensino).

O desenvolvimento progressivo do Norte, contrastando com a miséria, a utilização de jovens como cobaia para experiências ditas científicas, e que já conduziu a dezenas de milhares de assassinatos, a feroz repressão no Sul — não pode deixar de constituir um poderoso estímulo à luta das massas populares do Sul pela liberdade e pela democracia, contra a ocupação imperialista, condição indispensável para a futura reunificação do país.

Na época de transição do capitalismo para o socialismo — que vivemos nos nossos dias — a solidariedade internacional ganha um maior peso e envergadura. Reforça-la constitui um auxílio imprescindível ao povo coreano, e simultaneamente um alargamento das forças organizadas que a nível mundial se batem pelo progresso, pela liberdade, pela paz.

À VENDA

"DOSSIER" TERRORISMO

edições Avante!

a distribuição

INSPIRAR, PERSUADIR, INDICAR CAMINHOS OU A POLÍTICA DA CALÚNIA E CHANTAGEM

No mês de Junho, a Câmara dos Representantes dos Estados Unidos discutiu uma lei particularmente importante — a lei da ajuda externa. Os resultados do debate são concludentes. Foi proibido que as contribuições americanas a instituições internacionais sejam utilizadas para financiar empréstimos a vários países, entre os quais Angola, Moçambique, Cuba e Vietnam.

A lei não surpreende, tanto mais que seria esta a prática, mesmo que não determinada desta forma. Trata-se assim, numa estipulação que, sem sombra de dúvida, será pontualmente cumprida.

O mesmo não se pode dizer de outras determinações do Pentágono, e pessoalmente do presidente Carter, também no campo da política externa, em que se propala a intenção de reduzir a venda de armas ao estrangeiro. Assim, 27 governos estrangeiros, metade dos quais regimes ditatoriais fascistas e reacçãoários, conseguiram até agora obter 2,3 milhões de dólares em empréstimos garantidos pelo Pentágono para compra de armas aos Estados Unidos. De entre esses países podemos destacar o Brasil, a Formosa, Israel, a Coreia do Sul, o Uruguai.

Não faz mal recordar neste momento, uma vez mais, as vezes sem conta que o presidente Carter se compraz em repisar o seu conceito de política externa moralista. Um conceito feito de encomenda para atacar o socialismo, para atacar as forças progressistas, pela calúnia e apoio a caluniadores e provocadores. Um conceito feito de encomenda para tentar dar aos Estados Unidos o prestígio internacional de que estão bem carecidos.

No seu célebre discurso de Maio, em que Carter delineou os aspectos fundamentais de uma política externa, elaborada com a ajuda de especialistas no trabalho de provocação internacional, muita coisa foi afirmada como certa, sem nada ter a ver com a realidade dos factos: Carter encheu a boca de liberdade, de democracia, de direitos humanos, de paz, de juras de boa-vontade. Só não falou de socialismo, e mesmo de revolução, porque pronunciou o seu discurso nos Estados Unidos. Se o tivesse lido em Portugal, possivelmente tê-lo-ia feito. Com dificuldade, mas bem acompanhado de uma expressão estudada cheia de promessas. Carter fez dos Estados Unidos velho campeão da liberdade e da paz e chegou ao deslante de convidar a URSS a alinhar numa política de coexistência, que como sabemos é iniciativa do mundo socialista, que por ela se tem incansavelmente batido. Isto dá-nos um pouco a medida da cinica demagogia política da Casa Branca.

Num dos passos — não muito divulgados — do seu discurso de Maio sobre política externa, Carter afirmou: «Já não podemos esperar que as outras 150 nações obedeçam a ordens. Mas temos que continuar confiando em os nossos esforços para inspirar,

A NOVA CONSTITUIÇÃO SOVIÉTICA

A convite da Associação Portugal-URSS, esteve entre nós o camarada Boris Koval, subdirector do Instituto do Movimento Operário Internacional, membro da Academia de Ciências da URSS, Doutor em Ciências Históricas e professor universitário.

Aproveitando a sua presença no nosso país, o «Avante!» entrevistou o camarada Boris Koval, sobre a nova Constituição, hoje em debate em toda a União Soviética.

O projecto da nova Constituição da URSS é objecto hoje, não apenas da discussão dos cidadãos soviéticos, como também da atenção do mundo inteiro. Quer dizer-nos como se desenrola a discussão do projecto?

— O Projecto da nova Constituição é um documento básico, principal, da sociedade socialista desenvolvida, e por isso o Partido, o Governo e todo o Povo têm um grande interesse em discutir este documento para analisar e debater todas as propostas concretas sobre o texto, o sentido, a estrutura do documento. Por isso em todas as organizações, em todas as empresas, institutos, escolas, fábricas, organizamos reuniões especiais dedicadas à discussão da nova Constituição. Por exemplo no nosso Instituto do Movimento Internacional Operário, organizamos já cinco reuniões sobre a Constituição, e muitos camaradas preparam algumas propostas concretas sobre o texto. Por exemplo: no capítulo dedicado à política externa a Constituição fala sobre a política da coexistência pacífica, da paz, cooperação entre os povos, luta contra a guerra e outros assuntos. Alguns camaradas dizem que é necessário ampliar o sentido das relações com os países do terceiro mundo. Que países da orientação socialista, com quem nós temos não somente coexistência pacífica, como com os países capitalistas, mas também relações de amizade, ajuda material, cooperação económica, científica e técnica, não ficam circunscritos à fórmula da coexistência pacífica. Este é um exemplo entre muitos. Nós pensamos que esta discussão aberta e ampla do projecto da Constituição tem dois aspectos principais: primeiro, melhorar algumas partes do documento. Segundo, o Partido pensa que esta campanha política da discussão é um instrumento, é uma forma muito viva de desenvolver a actividade social, política e ideológica do povo soviético, porque durante estas discussões muitos operários, muitos intelectuais, muitos camaradas caracterizam o seu próprio trabalho, a sua própria empresa, problemas da sua própria cooperativa, e pensam em como interligar o documento fundamental com a vida e com o trabalho concreto. Assim, este debate tem também um grande interesse político, como forma de activar e aprofundar a orientação comunista, política, do povo soviético.

A participação é muito grande, muito activa. No nosso Instituto, primeiro discutimos sob uma forma mais ou menos inicial, depois discutimos propostas concretas, textos concretos, depois pensamos sobre problemas do desenvolvimento social do Instituto, problemas do trabalho colectivo. Além disso este debate é muito importante porque se interliga com a preparação para o aniversário da Revolução de Outubro, porque a Constituição formaliza e institucionaliza os resultados que obtivemos durante 60 anos de socialismo.

A URSS, pátria do Socialismo, constrói hoje as bases técnico-materiais do comunismo. Quais as modificações sociais e económicas surgidas nos últimos decénios, que vão encontrar no projecto de Constituição novos modos de regular a vida dos soviéticos?

— Se falarmos sobre as principais mudanças ocorridas na vida da sociedade socialista desde 1936, quando foi adoptada a velha Constituição, verificamos em primeiro lugar que construímos uma economia socialista desenvolvida, o que significa que temos já um sistema de relações sociais, relações de produção, muito desenvolvidas, em comparação com o período de 36, quando apenas iniciamos a construção do socialismo. Contamos hoje com uma economia desenvolvida, indústria pesada, agricultura mecanizada, ciência moderna. Outra alteração fundamental é a mudança na estrutura social. Antes, em 36, a nossa sociedade era composta pela classe operária, camponeses — principalmente organizados em cooperativas, havendo alguns camponeses que trabalhavam independentemente — existiam também os artesãos, grande parte da intelectualidade não tinha ainda orientação



Manifestação de apoio à nova Constituição por parte de trabalhadores da extração do petróleo no Azerbeidjan

comunista, marxista. No período de 36 há ainda muitos filhos e membros de famílias de latifundiários, koulaks ou de oficiais participantes no exército branco. Agora, graças ao desenvolvimento da economia socialista, temos já uma nova estrutura social, harmónica e fraternal, em que não há diferenças fundamentais a nível social. Há a classe operária, como a classe mais avançada, mais organizada, mais revolucionária e mais produtiva, depois os camponeses kolkhosianos e intelectualidade popular. Estas duas classes e este grupo social — a intelectualidade popular — têm mais ou menos as mesmas características, participam na vida económica do socialismo, têm ideologia marxista-leninista, vivem em condições iguais — os direitos políticos, os direitos económicos, as obrigações, são iguais — têm as suas organizações profissionais e constituem um povo com uma estrutura muito harmónica e muito integrada. Esta alteração da estrutura de classes tem uma importância fundamental, porque é o resultado do desenvolvimento socialista. É uma estrutura absolutamente diferente da existente no período dos anos 30.

Uma outra grande mudança é a que se verifica na politização das massas. Hoje, todos ou quase todos os cidadãos soviéticos têm uma vida política, uma vida cultural, científica, muito intensa. Todos estes factos estão caracterizados na nova Constituição, como resultados concretos do trabalho do Partido e do Povo, na construção do socialismo.

É baseando-se nestes factos que a Constituição declara agora que as funções da ditadura do proletariado como período transitório entre capitalismo e socialismo, foram realizadas completamente. Por isso a ditadura do proletariado já não existe. Também que o carácter do Estado se alterou, transformado agora no Estado do Povo, e não mais aparelho de Estado apenas do proletariado, da classe operária. A vida política e ideológica do país entra assim numa fase superior, mais consciente e organizada.

O camarada Leonid Brejnev, no seu Relatório, em Maio último, em Plenário do CC do PCUS, falando sobre o projecto da Constituição, disse que os traços característicos das Constituições de tipo socialista, elaboradas por Lénine, são conservados e desenvolvidos neste projecto. Quer referir-se a esta continuidade dos princípios leninistas, passados sessenta anos sobre a Grande Revolução de Outubro?

— O camarada Brejnev, no seu informe, falou principalmente sobre o problema da continuidade, a continuação das ideias leninistas na Constituição. Que significa isto? Na história constituinte da URSS temos três Constituições. Primeiro, temos a de 1918, preparada pela Comissão encabeçada pelo camarada



O camarada Koval falando ao «Avante!»

Lenine e que foi a Constituição da República Federativa da Rússia, não a da URSS, mas a da Rússia Soviética. Esta primeira Constituição caracterizou a ditadura do proletariado, o seu sentido de classe. O problema dos soviéticos, a organização dos soviéticos. O problema da República Federativa da Rússia como princípio federalista. Depois definiu que os trabalhadores têm o poder e não os exploradores. Depois, a segunda Constituição, de 1924, foi já uma Constituição da URSS, porque a União foi organizada em 22. Foi aprofundado o significado do poder soviético — socialista. Há um parágrafo especial sobre o sistema económico do socialismo. Ao mesmo tempo, como na primeira Constituição, há ainda algumas limitações de direitos. Porque os koulaks, participantes no exército branco, exploradores, não têm direitos políticos — não têm possibilidades de votar ou de ser eleitos como deputados. Este direito pertencia somente aos trabalhadores.

A terceira Constituição, aprovada em 1936, foi já uma Constituição típica socialista. Ampliamos a ideia da democracia, não existiam já quaisquer limitações, todos os cidadãos tinham os direitos iguais. E caracterizada a construção do socialismo.

Se analisarmos todas as Constituições veremos que a ideia principal é a ampliação, passo por passo, da democracia. Primeira — democracia limitada, como forma de ditadura do proletariado. Segunda — mais ampla — ainda com algumas limitações. Terceira — igualdade política de todo o povo. E agora não apenas igualdade política de todo o povo mas novos direitos, novas possibilidades, novas formas de liberdade dos cidadãos.

A continuidade não significa que não tenhamos incluído novas ideias. Esta Constituição é diferente e inclui muitas alterações importantes. Nas três primeiras, por exemplo, não existia um parágrafo sobre o Partido porque, nesse período, o problema do Partido e o da Constituição eram diferentes. A Constituição é uma lei orgânica dos soviéticos e o Partido é uma organização que dirige. Porém, agora, a prática destes decénios demonstra que o Partido é um factor, uma organização política e ideológica principal, que dirige toda a sociedade. Por isso agora temos necessidade de incluir um parágrafo especial sobre o papel e o lugar do Partido no sistema político. É um aspecto novo. Por outro lado não tínhamos um capítulo dedicado à política externa; agora preparamos um capítulo especial — Política Externa da URSS, o que significa que os limites da Constituição são mais amplos.

Temos assim continuidade das ideias leninistas — os soviéticos, democracia popular, democracia. E novas formas de desenvolvimento das mesmas ideias na situação actual.

Como o camarada acabou de dizer-nos, o projecto sublinha o papel dirigente do Partido Comunista, mais largamente ainda que na Constituição de 1936. Nas novas condições que são vividas pela sociedade soviética, hoje que o Estado é o Estado de todo o Povo, qual é o lugar e a função do Partido?

— O problema do Partido sempre foi um problema principal para a sociedade socialista. É lógico, porque o Partido é uma organização política revolucionária, vanguarda que organiza e que dirige a construção do socialismo. Por isto, a nova Constituição, no parágrafo primeiro, intitulado «A Estrutura Política da URSS», diz claramente: o Partido Comunista da URSS constitui um centro orgânico de toda a estrutura política do país. Centro orgânico porque o Partido é uma vanguarda política dos trabalhadores mais destacados, mais revolucionários, mais conscientes, mais organizados. E estes trabalhadores, organizados no Partido, orientam toda a vida económica, social interna e externa, ideológica e cultural do país. Por isso caracterizamos especialmente o lugar e o papel do Partido Comunista como uma parte central de toda a estrutura política da URSS.

Da nova Constituição destaca-se uma ideia fundamental — que a sociedade soviética, agora, nesta etapa do desenvolvimento mais avançada, é uma sociedade de todo o povo, que o Estado, o Partido, funcionam, não como organismos de alguns grupos de trabalhadores, mas como de todos os grupos — operários, camponeses, kolkhosianos e intelectualidade popular. O Estado de todo o Povo é uma nova forma de entender o sentido do Estado socialista.

Este problema está interligado com o problema do povo soviético como nova comunidade social que é, no sentido de que a questão nacional, divergências nacionais, nacionalidades, algumas diferenças, alguns preconceitos, já passaram à história. E todo o povo soviético, todos os trabalhadores, todos os cidadãos, constituem um organismo social integrado como nova comunidade social — não como nação, não como nacionalidade, mas como um povo socialista, como comunidade dos trabalhadores, sem diferença de sexo, de nacionalidade, de língua, de ideologia, porque todos vivem e têm aspirações, ideias, hábitos, costumes, opiniões, em sentido político, claro, mais ou menos iguais. O problema do Estado, o problema do Povo soviético como nova comunidade, o problema do Partido e seu lugar neste todo político, estes três aspectos estão interligados, para demonstrar, para explicar e para formalizar no documento como nós, como marxistas-leninistas, como soviéticos, caracterizamos a nossa própria vida, nossa própria estrutura e a que estamos a viver. Por isso a questão do Partido ocupa aqui um lugar central. Sem ele a estrutura não ficaria completa.

Como são encarados, no projecto da Constituição, os direitos e liberdades dos cidadãos soviéticos, hoje em que se assiste aos ataques ideológicos do imperialismo, na base demagógica da defesa dos «direitos humanos»?

— Durante quase toda a vida da URSS, especialmente nestes últimos anos, a burguesia, o imperialismo, organizaram uma grande campanha de críticas à democracia socialista, uma falsa campanha sobre o problema da democracia e sobre o problema dos chamados direitos humanos em geral. Nós, na Constituição, não temos como objectivo responder a estas críticas. Porque críticas burguesas, oportunistas, existiram sempre. Para nós o problema é mais profundo. Como comunistas, como povo

soviético, entendemos a democracia que existe no nosso país, na URSS, como nalguns outros países socialistas, como uma forma superior, como forma da democracia real, garantida, realista, como nunca pode existir no mundo capitalista. A nossa ideia não foi responder a essas críticas mas desenvolver a nossa própria característica constitucional, como nós, soviéticos, realizamos os direitos humanos na sociedade socialista.

A Constituição tem um grande capítulo sobre os problemas dos direitos humanos, dos direitos democráticos na URSS. O sentido desse capítulo é mais ou menos o seguinte: garantimos todos os direitos democráticos que foram caracterizados na Constituição de 1936. Ampliamos as características desses direitos democráticos. Incluímos alguns novos direitos democráticos.

Outros direitos foram ampliados. Um parágrafo que não existia e é muito importante: cada cidadão tem direito de enviar cartas, pedidos de quaisquer propostas a todos os organismos do poder soviético que devem canalizar essa proposta ou essa crítica. Garantimos a crítica. Cada cidadão tem o direito de criticar qualquer pessoa, qualquer dirigente, qualquer responsável, oficialmente, na imprensa, nas reuniões, nas assembleias. E mais, a Constituição diz que qualquer acção contra a crítica é proibida por lei. A Constituição garante este direito como forma de participação mais activa, mais ampla.

A nossa Constituição, em comparação com as dos países capitalistas, tem como diferença principal que nós garantimos estes direitos. Não apenas no papel, mas garantimos por todo o nosso trabalho, pelo trabalho do Partido, do Sindicato, do colectivo. E o direito de cada pessoa já tem um carácter social, não um carácter pessoal.

Toda a imprensa burguesa fala da democracia abstracta, da democracia formal e direitos humanos. Porém esta imprensa não diz nada sobre obrigações humanas, sobre obrigações sociais. O problema de interligar o direito de cada pessoa com o dever social é bastante difícil. Mas nós fazemos esta interligação. Não separamos os direitos dos deveres correspondentes. Se o cidadão soviético tem muitos direitos, tem também algumas obrigações sociais — participar activamente na vida, trabalhar, lutar pelo socialismo e comunismo, lutar contra a guerra, pela paz, educar os seus filhos de modo comunista, socialista, apoiar o trabalho das mulheres na vida familiar e pessoal, são algumas obrigações.

Quando algumas pessoas falam sobre direitos e nada fazem para a sociedade, como «os dissidentes», nós pensamos que eles não têm direito de participar na nossa vida normal, porque cada soviético tem direitos mas tem também a obrigação de participar na vida socialista.

Quando falamos sobre o mundo socialista, a URSS, o problema dos direitos humanos, democracia e ampliação de democracia, isto significa ao mesmo tempo participação mais activa na vida normal, na vida económica, na vida política e não pensar somente sobre o seu próprio dinheiro, na sua própria casa, no seu próprio interesse egoístico, na sua própria comida, sem pensar sobre os

problemas do Estado, os problemas do Povo, os problemas dos trabalhadores em geral. Estes direitos e obrigações significam que nós já temos um homem novo, um homem comunista, que tem liberdades e que sabe e entende muito bem que o seu trabalho e a sua participação é parte orgânica da vida colectiva da sociedade em geral e não somente um problema pessoal.

Qual a importância da nova Constituição na vida interna do país e qual o seu alcance a nível internacional?

— Para o povo soviético tem uma grande importância. Já passaram 41 anos depois de 1936, adoptámos a anterior Constituição. Durante esses quarenta anos trabalhamos muito, tivemos muitas dificuldades, tivemos a II Guerra Mundial, depois a restauração da economia, a luta pela paz, e para nós, a Constituição significa que entramos num período novo, na construção do comunismo, já construímos o socialismo desenvolvido, e podemos institucionalizar este resultado em documento tão básico como a Constituição. Sentimos que é o resultado novo da Revolução de Outubro, é a continuação do trabalho da Revolução heroica de Outubro. Sentimos muita alegria. Não se trata apenas de um documento formal, mas um documento da vida de todo o povo.

Consideramos que este documento pode abrir novas potencialidades nos trabalhadores, dar um estímulo para trabalhar melhor, activar a vida em todas as esferas, e na realidade já temos este impulso.

Se falarmos sobre a importância que tem a nível internacional, também é muito grande, porque o mundo inteiro, agora que temos a luta de dois sistemas, capitalista e socialista, e numa época de transição do capitalismo ao socialismo, à escala mundial, esta Constituição é um momento, é uma fase, é um fenómeno que demonstra o que significa socialismo desenvolvido, qual a estrutura política, interna e externa do país, como nós entendemos o problema da democracia socialista e, enfim, esta Constituição pode ser um exemplo para os trabalhadores dos países capitalistas, dos países não socialistas, que agora podem entender melhor o que significa a URSS, a vida socialista e podem utilizar as ideias deste documento na sua luta para ampliar a democracia, contra o fascismo, contra os monopólios, contra o neocolonialismo, contra o imperialismo e contra a exploração em geral.

Consideramos também que esta Constituição é um resultado do trabalho e da luta de toda a classe operária mundial, não apenas soviética, porque o socialismo é o resultado da luta da classe operária internacional e cada nova vitória do socialismo é ao mesmo tempo uma vitória dos trabalhadores de todo o mundo.

Importância desta Constituição não é apenas para hoje, mas para o futuro, para a luta que continua em todo o mundo.



Debate sobre a Constituição na fábrica de automóveis Likhatchev, em Moscovo

É assim a democracia socialista

PARTICIPAÇÃO DE QUASE 100% NAS ELEIÇÕES LOCAIS NA URSS

No dia 19 de Junho realizaram-se, na União Soviética, as eleições para as organizações locais do poder de Estado: os soviéticos rurais, das cidades operárias, dos bairros urbanos, das cidades, dos distritos, das regiões. A participação no acto eleitoral foi de 99,98 por cento, tendo sido escolhidos 2 229 641 deputados.

Como explicar uma tão intensa participação no acto eleitoral, impensável no mundo capitalista?

Antes de responder a esta questão, importa destacar que na URSS nenhuma lei obriga a votar. A participação nas eleições é considerada como um direito e não como uma obrigação dos cidadãos. Assim, a afliência às urnas explica-se por outras razões. Quais?

Por um lado, no decurso destas eleições, é renovada a composição dos órgãos de poder cuja actividade diz particularmente respeito a toda a população soviética. Os soviéticos locais na URSS dispõem da terra, dirigem as empresas comunais, organizam o trabalho das escolas e de outros estabelecimentos de ensino, asseguram uma assistência médica gratuita, a fixação e pagamento das pensões de Estado, a manutenção da ordem pública, a protecção à propriedade de Estado e individual, etc. — têm funções e poderes muito amplos e como é evidente não pode ser indiferente aos soviéticos quem vai representar os seus interesses nestes órgãos de poder.

Por outro lado, a grande participação popular nas eleições reflecte, também, o firme apoio dos soviéticos

à política económica e social do Estado e dos seus órgãos de gestão.

Os princípios por que se rege o Estado soviético, os fins que determinam a sua acção, estão mais uma vez formulados no projecto da nova Constituição, actualmente debatida por toda a União Soviética. «O fim supremo da produção social — afirma-se no projecto — é a satisfação, da forma mais completa, das crescentes necessidades materiais e espirituais do homem». Os resultados concretos desta política são evidentes: só nestes últimos cinco anos, os ganhos reais da população aumentaram em cerca de um quarto, 56 milhões de pessoas melhoraram as suas condições de habitação, as pensões dos operários, dos empregados, dos kolkhosianos, e as bolsas dos estudantes, foram aumentadas.

Falando do crescente bem-estar dos soviéticos, é importante destacar que os aumentos salariais não são absorvidos pela alta de preços. Quem vai às compras não tem que lançar olhares inquietos sobre os preços dos produtos. Já há muitos anos que os preços dos artigos de primeira necessidade, tal como os

serviços e a renda de casa, se mantêm estáveis.

É evidente que esta política corresponde aos interesses do povo soviético. É natural que os trabalhadores afluam em massa às urnas, votando pelo seu prosseguimento.

Um facto significativo. Não foi só no dia de votar que a população soviética procedeu activamente, mas durante toda a campanha eleitoral. Muito antes das eleições, tinham sido formadas no país mais de 2 254 000 comissões eleitorais. Mais de 9 milhões de representantes de organizações públicas, de sociedades e de colectividades de trabalhadores, tinham participado dos trabalhos. Cerca de 30 milhões de pessoas tinham assistido a reuniões com os candidatos a deputados. 173 204 postos de votação foram criados no país, para que todos os cidadãos pudessem corresponder ao seu direito constitucional de votar. Tais postos não foram criados simplesmente nas cidades e vilas, mas também nas estações de caminho-de-ferro, nos portos marítimos e fluviais, nos navios, nas expedições geológicas e de exploração, mesmo nas estações polares no Ártico e no Antártico.

A maioria dos deputados eleitos (cerca de 70%) são operários e camponeses, mais de metade são pessoas sem partido, um em cada dois é mulher. Cerca de 55 por cento dos deputados receberam o seu mandato pela primeira vez.

A propósito interessa realçar

que a renovação sistemática dos órgãos de poder é um traço característico da vida social e política soviética. O fim de tal prática é profundamente democrático: dar ao maior número possível de pessoas a possibilidade de passar pela escola de gestão dos interesses e assuntos do Estado, adquirir uma experiência do cumprimento das tarefas que se colocam ao país. Os resultados são claros: em 41 anos — ou seja, desde a adopção da Constituição actualmente em vigor até este ano, em que será adoptada uma nova Constituição — mais de 25 milhões de pessoas passaram pela escola dos soviéticos.

Uma outra tendência característica da campanha eleitoral que levou às eleições de 19 de Junho, é o aumento da proporção de jovens nos soviéticos. Depois das eleições de 73, 28% dos deputados tinham menos de 30 anos. Após as eleições de 75 essa percentagem aumentou para 30%, agora ultrapassou os 32%.

Não é só porque trazem à actividade dos órgãos de poder a energia e o dinamismo próprios da idade, que os jovens são assim associados ao trabalho de direcção. Digamos antes, que eles são os aliceres do futuro, porque aos jovens de hoje cabe resolver as grandiosas tarefas de amanhã. Na União Soviética, o caminho está aberto para que estejam à altura de, em tempo oportuno, lhes saber corresponder.